

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SUE ELLEN COCCARO

MEDIDAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM REDES
ONLINE:
REFLEXOS NO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DOS
PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

RIO DE JANEIRO

2015

SUE ELLEN COCCARO

MEDIDAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM REDES
ONLINE:
REFLEXOS NO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DOS
PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (PPGG/UFRJ)

Coorientador: Prof. Dr. Iná Elias De Castro (PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro 2015

SUE ELLEN COCCARO

MEDIDAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM REDES
ONLINE:
REFLEXOS NO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DOS
PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 15 de Outubro de 2015.

Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (PPGG/UFRJ)

Prof. Dr. Iná Elias de Castro (PPGG/UFRJ)

Prof. Dr. Cláudio Lins de Vasconcelos (PUC-RJ / INPI)

CIP - Catalogação na Publicação

C659m Coccaro, Sue Ellen
Medidas de articulação política em redes online:
reflexos no espaço público a partir dos protestos
de junho de 2013 / Sue Ellen Coccaro. -- Rio de
Janeiro, 2015.
122 f.

Orientador: Paulo César da Costa Gomes .
Coorientador: Iná Elias de Castro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências,
Departamento de Geografia, Programa de Pós
Graduação em Geografia, 2015.

1. ativismo digital. 2. manifestações de junho
de 2013. 3. articulação online e offline . 4.
espaço público. 5. redes sociais online. I. da
Costa Gomes , Paulo César, orient. II. de Castro,
Iná Elias, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos

- Ao professor Paulo César da Costa Gomes por ter aceitado o convite para orientar minha pesquisa. Sou grata pelas conversas de orientação, leituras preliminares, discussões sobre o tema e correções. Sem dúvidas é uma pessoa muito generosa e singular.

- À professora Iná Elias de Castro pelas conversas iniciais sobre a estruturação dos principais problemas da pesquisa, relacionados aos usos políticos do espaço. Agradeço também por aceitar o convite para participar como avaliadora do exame de qualificação e da banca de defesa.

- Ao professor Cláudio Lins de Vasconcelos pela sessão de orientação dirigida às especificidades dos usos correntes da internet brasileira. Agradeço também por aceitar o convite para participar como avaliador do exame de qualificação e da banca de defesa.

- À professora Letícia Parente Ribeiro pelas ideias e provocações para a reflexão, o que me fez ter um olhar distinto sobre as ambientações online. Além de suas distintas qualidades intelectuais, é uma pessoa muito querida, por quem nutro grande afeto.

- Sou especialmente grata a Marcos Paulo Ferreira de Góis, pessoa que considero fundamental na elaboração da estrutura da pesquisa. Agradeço pela gentileza de ler e comentar versões preliminares e por ter se colocado a disposição para ajudar tantas vezes.

- Igor Robaina e Karina Fioravante também desempenharam papéis de grande ajuda, nas interlocuções geográficas e sugestões metodológicas iniciais de como trabalhar o tema e a André Félix por se disponibilizar a fazer leitura crítica e sugestões de encaminhamento.

- A Amanda Carvalho, que sempre ofereceu ajuda com seu talento de elaboração de imagens cartográficas e gráficos.

- Aos amigos do Grupo de Pesquisa Território e Cidadania, que compartilharam comigo esta jornada: Rafaela, Paula, Thomaz, Renato, Ana, Igor Campos, Hernando, Lívia, Frank, Washington, Renan e Rafael; todos muito importantes desde às reuniões de terça-feira até os momentos de descontração extra-universidade.

- Aos amigos Nikolas Zanette e Mirelle Alfano, pelas palavras de conforto nos momentos necessários.

- Ao amigo querido Karlos Markes Nunes Parente e suas singulares contribuições em debates.

- Aos amados Juan Antonio Coccaro, Maria Coccaro e Marcus Johansson, com muito carinho.

Dedico este trabalho aos meus pais Maria Coccaro e Juan Antonio Coccaro.

Minha eterna gratidão pelo incentivo na jornada e amparo durante os
percalços.

RESUMO

As interações que ocorrem entre online e off-line estão recursivamente se recombinação, em processos dinâmicos. A ambientação online tem apresentado a capacidade de fornecer informação em tempo real, sobre a participação e envolvimento de outros cidadãos na rede. As formas de agir político que ocorrem na e pela internet introduziram novas expectativas na solução de demandas individuais e coletivas. As redes sociais vem sendo usadas como divulgadoras de informação, catalisadoras de engajamento e coordenadoras de ações. Pela premissa de que o encontro online facilitou a articulação de atores sociais, que partilhavam descontentamentos relacionados às condutas políticas, a população foi às ruas pela reivindicação de direitos. Isso ocorreu em diversos países, inclusive no Brasil. A constituição desses protestos ocorre no confronto e no desvirtuamento da ordem pública. É importante pensar tais atos não como eventos singulares, mas como processos nos quais surgem novas formas de agir coletivamente e novos atores sociais. Não se trata de uma revolução online mas sim do casamento de uma forte ferramenta de difusão de informação com atos de grande magnitude no espaço público, respaldados por um contexto socioespacial e político. Os ativismos online e off-line nos levam a refletir se estaríamos criando uma nova relação cotidiana com a política a partir da internet.

Palavras chave: ativismo digital, manifestações de junho de 2013, articulação online e off-line, espaço público, redes sociais online.

ABSTRACT

The interactions that occur between online and offline are recursively recombining in dynamic processes. The online setting has shown the ability to provide real-time information on the participation and involvement of other people in the network. Forms of political action that occur on the Internet have introduced new expectations in solving individual and collective demands. Social networks have been used as disseminators of information, catalyst of engagement and actions coordinators. The premise that online meeting would facilitate the articulation of social actors who shares grievances regarding political conducts has made the population take over the street to claim their rights. These acts have occurred in several countries, including Brazil. The making of such protests occurs in confrontation and distortion of public order. It is important to think such acts not as singular events, but as processes in which new ways to act collectively and new social actors arise. This is not an online revolution, but the marriage of a strong information dissemination tool with acts of great magnitude in the public space, supported by social and political contexts. Online and offline activism lead us to wonder whether we would be creating a new daily relationship with politics starting from the Internet.

Keywords: digital activism, demonstrations of June 2013, online and offline articulations, public space, social networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Cartografias Pessoais (Iphone tracker APP) -----	21
Imagem 2: Manifestante dotado de símbolos de múltiplos repertórios -----	64
Imagem 3: Setorização de um evento de protesto a partir da definição de grupos e suas respectivas pautas -----	68
Quadro 1: Espaço, articulação online e resposta -----	51
Quadro 2: Três etapas das manifestações de junho -----	62
Gráfico 1: Aumento da acessibilidade entre os anos de 2008 a 2013 -----	75
Gráfico 2: usuários ativos no portal da Câmara – E-democracia -----	85

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - A ambientação online na vida cotidiana	10
A ambientação online	11
As tecnologias de informação e comunicação e os efeitos de seus usos no ambiente urbano	17
A criação de cartografias pessoais – trajetórias inscritas na rede	20
A web como instrumento para ações colaborativas	23
A rede e suas ferramentas	27
O contato mediado e seus impactos na comunicação	31
As ações que visam transformações sociais pelo online	35
Tipologia – Elencando os diferentes atores sociais envolvidos em processos online	38
A especialização funcional das redes sociais de maior destaque no contexto brasileiro atual	41
Considerações sobre o capítulo	43
Capítulo 2 - A arquitetura digital da mobilização política: Das redes às ruas ---	45
As formas de atuação nas ruas – panorama generalizador	45
A emissão de informações <i>in loco</i>	52
Considerações gerais sobre o fenômeno	54

2.1 Estudo de caso	
Iniciativas de movimentos populares no Brasil: as Jornadas de junho --	57
Envolvimentos entre atores sociais de junho -----	69
Considerações sobre o capítulo -----	70
Capítulo 3 - Iniciativas governamentais brasileiras de aproximação com a ambientação online: De marcos regulatórios à (idealizada) cidadania digital ---	72
Contextualizando 2013: O posicionamento do governo federal em relação às manifestações de rua -----	73
O aumento do acesso à internet no Brasil -----	74
O governo eletrônico -----	76
Perfis dos usuários brasileiros e a subutilização de canais institucionais de pressão -----	80
O processo de consulta pública online e off-line que veio a se tornar o Marco Civil da Internet brasileira -----	83
Os problemas relacionados à privacidade e às arquiteturas de controle -----	86
Considerações finais do capítulo -----	89
Reflexões finais -----	91
Referências bibliográficas -----	98
Anexos -----	104

Medidas de articulação política em redes online:
reflexos no espaço público a partir dos protestos de junho de 2013

INTRODUÇÃO

As discussões sobre as dinâmicas relacionais entre a internet e as novas formas de reivindicação política têm sido muito frequentes nos últimos anos. Este assunto vem ganhando força e adesão em diversas localidades do mundo, tornando as práticas comunicacionais e de troca de informações inseridas, cada vez com maior constância, em um contexto cotidiano.

Nosso interesse pelo tema de pesquisa surgiu com a eclosão dos protestos sobre os quais nos debruçamos. Estes vem ocorrendo mundialmente desde o ano de 2011 e localmente em 2013. Ao se iniciarem em nosso contexto local, em condições de observação rotineira dos acontecimentos no espaço urbano, não foi possível compreender a massiva ocupação das ruas para fins políticos como algo comum ou corriqueiro.

Partimos do ponto que a organização social sempre se realizou por redes, em diversas topologias. O contato mediado se destaca hoje e, em linhas gerais, pode ser entendido como a associação via internet, ancorada, majoritariamente, na possibilidade de comunicação instantânea. Sinalizamos que apesar do destaque desta, não é possível afirmar que formatos prévios tenham sido suplantados. Dentro do escopo desta pesquisa tal articulação é o ponto ao qual voltamos nossos interesses mais atentamente.

Fluxos e trocas de informações contam com o formato de rápida difusão, entretanto a construção coletiva de uma mensagem dentro de fóruns online está aliada à possibilidade de reaccessar uma mesma informação. Pensamos tratar-se de uma temporalidade diferenciada que compreende a

velocidade como característica serve tanto à finalidade de agilizar as trocas informacionais como para estimular a participação de um número maior de pessoas. Sobre estas bases se realizam contatos de variadas naturezas, inclusive de natureza política e ativista.

É fato que rede e sociabilidade estabelecem uma relação antiga. Renato Emerson dos Santos (2011, p.95) remete ao uso da terminologia que precede à acepção relacionada aos *SNS (Social Networking Sites)* e que pensamos ser válida para relações dentro e fora do online. Redes sociais seriam caracterizadas como relações cotidianas de indivíduos que compartilham ambientes comuns numa configuração socioespacial local, cujo impacto abrange configurações escalares bem distintas. As redes sociais online são, assim, idealizadas e construídas de forma a representar um lugar de encontro de indivíduos.

A partir da possibilidade de compartilhamento de conteúdo e construção coletiva da mensagem, as arquiteturas antecedentes (web 1.0 por exemplo) foram sendo modificadas, acrescentando-se múltiplas funções. A que particularmente nos interessa é a agregação de pessoas que agem em prol de transformações sociais.

O objetivo geral da pesquisa é, desse modo, buscar compreender a espacialidade das ações que têm início via internet e de que forma elas articulam a transposição do online para o off-line. Partimos do ponto de que existem duas ambientações, com topologias distintas e que servem como pontos de expressão interrelacionados. Interessa-nos compreender as formas de articulação interpessoal que ocorrem na rede e têm como principal enfoque as ações voltadas à transformação social.

A discussão principal do primeiro capítulo compreende online e off-line como ambientações em que se realizam interações de continuidade. As

práticas respaldadas por essa articulação estão recursivamente se recombinaando, em processos dinâmicos. A ambientação online tem a capacidade de fornecer informação, em tempo real, sobre a participação e envolvimento de outros cidadãos na rede.

Embutir a internet em um contexto de relações políticas e culturais, inevitavelmente significa compreendê-la em termos espaciais. Nos estudos relacionados ao espaço online é comum encontrarmos contraposições nas abordagens teóricas que ora reforçam uma ideia de ruptura entre online e off-line e ora atestam sua complementariedade.

Partimos do ponto que as ações ativistas empreendidas no online dialogam com um espaço físico tangível. “A esfera pública em rede não existe em um vácuo. Suas dinâmicas são moldadas também pelas ferramentas que usamos para decodificá-las”¹ (SIFRY, 2014, p.36). O respaldo especial referido permite situações mais favoráveis para as trocas online, bem como, contrariamente, restringe usos por mecanismos como vigilância sobre as comunicações e interceptação de dados. O agir político na internet, portanto, se relaciona diretamente com possibilidades do off-line.

Convém ressaltar que a face da internet com a qual lidamos hoje pouco se assemelha àquela da década de 1990. Uso em mobilidade, dispositivos portáteis, perfis vinculados a uma identidade real e construções colaborativas conformam as principais características da configuração atual. A ideia de se esconder por trás de uma *persona* vem recursivamente se diluindo. Projetamos na rede nossas cartografias pessoais, trabalhamos a possibilidade de interceder em eventos com uma presença que não é física e, finalmente, replicamos versões de nossa vida urbana nesse novo formato instituído.

¹Em tradução livre. The networked public sphere does not exist in a vacuum. Its dynamics are

Muitas projeções foram feitas a partir desse panorama, algumas, inclusive decretando que certas atividades costumeiras ao espaço físico seriam substituídas por atividades online. Contudo, acreditamos que a fisicalidade guarda aspectos que não podem ser replicados via web.

O segundo capítulo busca discutir de que maneira é possível articular indivíduos com propósitos comuns, para que ajam em favor de uma causa de forma prática e funcional. Partimos do princípio de que há diferentes formas de agir político via internet e que uns geram mais visibilidade do que outros. Portanto, buscamos estabelecer uma tipologia que engloba os atores sociais desse processo, discriminando formas de atuação e possíveis resultados.

Apontamos para o fato de que o contato mediatizado pode ir além do aspecto pessoal, informações e conversas sobre trivialidades. Assim como passamos a utilizar a internet para receber notícias, temos também o potencial de emitir mensagens de variados pontos de vista ou mesmo utilizar dessa pluralidade de enunciação para dar ignição a discussões. Há uma grande plasticidade em fóruns que agregam muitas pessoas, permitindo que os assuntos se moldem em função da pauta que demanda especial atenção.

Sabendo que a articulação entre atores sociais se desfaz e refaz, ressaltamos que não estamos trabalhando com um prolongamento do conceito de ativismo estendido para um outro terreno que não aquele da fisicalidade, e sim a inauguração de várias formas de agir politicamente que têm a internet como respaldo. Dentre estes também constam os ativismos tradicionais, que se valem das novas práticas, facilitando o ingresso de novos interessados e minimizando custos operacionais.

Acreditamos que a convocação tradicional - que usava antes o boca a boca, a panfletagem em jornais autoeditados e o telefone -, não são atividades da mesma natureza da militância online. Esta inaugura uma temporalidade que

é diferenciada, que tem elementos únicos, como o retorno imediato e a emissão *in loco*. Há idas e vindas entre ambientações que ocorrem o tempo todo.

Os nós de uma rede online, representados pela figura de uma pessoa ligada a um dispositivo com acesso à internet estabelecem entre si elos frágeis ou fortes. Alguns pontos nodais multiconectados possuem maior capacidade de articulação e são potencialmente dotados de grande poder convocatório.

Nestas redes pressupõem-se a materialização das ações que são empreendidas para o espaço geográfico. As reivindicações em atos de rua se situam, eminentemente, no espaço urbano. O elo que une as reivindicações, discutidas e arquitetadas em uma espacialidade pretensamente imaterial é a passagem de uma esfera para a outra, ganhando concretude.

Temos inicialmente duas frentes de atuação que se iniciam com a internet: (1) o trabalho de ativismo centrado no online e que nele permanece, e, (2) o ativismo que procura ir às ruas e parte de um modelo em que a organização, ativação de pautas, chamada para eventos, convocação de membros e discussões pós atos ocorrem na e a partir da organização em rede. Ressaltamos, desse modo, que a relação entre protestos de rua e internet é muito forte, já que ela é a principal ferramenta de convocação. O estudo de caso escolhido, as mobilizações de rua brasileiras do ano de 2013 optam por focalizar tal ponto.

A militância que se centra no online tem suas discussões realizadas neste espaço, sem a necessidade de congregação física de seus membros. Dentro da categorização desses ativistas - uma vez que não são todos que agem da mesma forma ou com propósitos iguais -, diferentes formas de atuação levam a diferentes resultados. Enquanto uns apenas demandam atenção às suas pautas, outros buscam inserir seus problemas na agenda de

políticas públicas. Sendo assim, quando a ação se centra, majoritariamente, no online, a internet é a ferramenta e também é o palco onde a ação de desvela.

Nesta pesquisa, entendemos as manifestações de rua como principal transição entre online e off-line, destacando que houve protestos com similares características em todo o mundo. Discutiremos, portanto, as principais características que formam um modelo de práxis e também o perfil dos indivíduos interessados em participar dessas reivindicações.

Em todo o mundo, emergiram movimentos sociais perspicazes, novas formas de ativismo e de práticas democráticas. Elas abrem horizontes de possibilidades e desafiam nossas perspectivas clássicas sobre os significados atuais de ativismo, movimentos sociais e democracia. Os cidadãos ocuparam praças, invadiram a internet para organizar e difundir suas mensagens, buscando abrir e promover uma sociedade livre, na qual conhecimento e informação são compartilhadas. Eles consideram a democracia não apenas como uma questão de votações ou envio de demandas aos seus governantes, mas um clamor por justiça social e dignidade, em consonância com o comprometimento pessoal que planejam implementar em seus cotidianos ativistas e práticas diárias. (BRINGEL, PLEYERS, s/p, 2015)²

O argumento principal é que se inaugurou com a internet um novo jeito de fazer manifestações, que criou efeitos demonstrativos mundialmente. No Brasil, houve um ciclo de protestos com desdobramentos distintos. Optamos, portanto, por partir do geral para o particular: observamos, em um primeiro momento, como os referidos eventos ocorreram em diversos países, ressaltando a similaridade que estes partilharam. Não se trata apenas da

²Tradução livre de "All around the world, insightful social movements and new forms of activism and democratic practices have emerged. They open horizons of possibility and challenge our classic perspectives about what activism, social movements and democracy mean today. Citizens have occupied squares, and invaded the Internet to organize, diffuse their messages and promote an open and free society where knowledge and information are shared. They consider democracy not only a matter of polls or demands addressed to their governments, but a claim for social justice and dignity as much as a personal commitment they intend to implement in their activist and daily life practices. (Bringel & Pleyers, 2015)"

opção do global para o local, mas também em razão destes eventos antecederam as jornadas brasileiras.

Os levantes nos remetem a uma série de perguntas: até que ponto eles são funcionais? Configuram mera mobilização pífia? Como recaem sobre os espaços geográfico e público? De que maneira eles podem ser vistos como um fenômeno atrelado à geografia política? Como ocorre o reavivamento do espaço público como locus de atos de política direta? Entendemos ser necessário aproximar o debate para a agenda de pesquisa da Geografia, uma vez que estes casos de usos específicos do espaço público podem sinalizar o delineamento de arranjos geopolíticos novos.

No terceiro capítulo, discutimos a via contrária, a aproximação governamental das ferramentas online. Há algumas hipóteses relacionadas ao governo eletrônico (referido comumente pelo termo *E-government*) e à e-participação. A premissa dos idealizadores desta forma de participação pensa que, a partir de iniciativas políticas online, oferecidas pelo próprio governo, pode-se alavancar a participação política e o envolvimento direto da sociedade nos assuntos públicos. Neste momento da pesquisa, refletimos sobre os efeitos do uso da internet para uma cidadania e envolvimento ativos. Voltamos majoritariamente ao caso brasileiro, em função dos limites de disponibilidade de dados.

Para buscar compreender esse funcionamento e as hipóteses que se relacionam com os pressupostos que dão forma à pesquisa, utilizamos como método as teorizações de ciências afins, que vêm trabalhando com temáticas do "ciberespaço". Contudo, considerando que o enfoque desta pesquisa possui viés geográfico, torna-se necessário aproximar e complementar aspectos que não estão presentes no arcabouço teórico que surge como recurso inicial. Estabelecer tais pontes é uma tarefa de grande importância

para que esta pesquisa seja proveitosa e não apenas uma tradução dos saberes de outras ciências relidas pela linguagem geográfica.

Durante o processo de levantamento bibliográfico, percebemos uma limitada quantidade de obras editadas por geógrafos, apesar do tema possibilitar o diálogo com temáticas espaciais.

nas Ciências Sociais contemporâneas há um campo específico de reflexão sobre a internet de natureza intrinsecamente interdisciplinar, abrangendo contribuições de vários ramos das Ciências Sociais no sentido estrito do termo (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) mas também de disciplinas co-irmãs tais como comunicação social, administração pública, para não falar das ciências da computação e da informática, dentre outras. (BRAGA, PENTEADO & SILVEIRA 2014, p.6)

Uma segunda questão, quanto à metodologia, foi o conflito relacionado à terminologia técnica e os usos tradicionais em textos acadêmicos, muitas vezes ocorrendo com a mesma palavra. Buscamos abordar a polissemia a partir das explicações dos contextos em que os termos são empregados.

Dentre as fontes utilizadas já mencionamos a literatura de ciências afins, o respaldo geográfico para conceituações tradicionais, notícias sobre o tema que utilizamos ao trabalhar o estudo de caso – uma vez que aspectos descritivos do tema estiveram em voga durante a elaboração desta pesquisa. Sobre os dados estatísticos, optamos por incorporar estes ao debate, ao invés de relegar um momento para a análise. Pensamos que a análise dos dados atrelada à discussão oferece melhor respaldo para os argumentos. Tais informações provêm de institutos especializados em coletar dados sobre a internet brasileira. Optamos por centrar o enfoque em estatísticas brasileiras do ano de 2013, justificando esta escolha a partir da eclosão dos atos de manifestação.

O recorte temporal da pesquisa passa por alguns pontos. Podemos estabelecer que a popularização dos computadores pessoais da década de 1990 foi o ponto inicial em que houve difusão ampla dessa ferramenta para a qual voltamos nossa construção teórica. Para os exemplos de manifestações, podemos definir mundialmente o ano de 2011 como início; já, no Brasil, 2013 é a data em que estas eclodem. E entendemos que Junho de 2013 inaugura um ciclo de novas relações entre internet e política no país.

Também há uma certa dificuldade em definir um único ponto como recorte espacial. Por tratarmos de redes e entendermos que estas estão em recorrente expansão, apontar o lugar onde uma rede online teria início seria incoerente pela própria natureza da interconexão de pontos. Contudo, há lugares que observamos as redes off-line com maior detalhamento, por exemplo as grandes metrópoles brasileiras, nas quais os levantes ganharam enorme adesão.

CAPÍTULO 1

A ambientação online na vida cotidiana

Tendo em vista que a existência de uma ambientação online está vividamente presente no cotidiano de mais da metade dos brasileiros e similares números vem crescendo em torno do mundo, buscamos observar neste capítulo diversos pontos que relacionam e explicam as ambientações dentro e fora da web.

Pensando que tal ambientação possui impactos na cidade e na vida urbana, este capítulo tem como questão norteadora observar em que medida a internet é capaz de potencializar a mobilização em espaços públicos. Para tal fim, voltamo-nos à permeabilidade entre as ambientações online e off-line, a forma com que uma vem ocasionando mudanças na outra e ajudando a construir-se mutuamente. Isto ocorre acompanhado das tecnologias móveis que portam a web e foram adotadas por grande parte da população que exerce seu cotidiano nas cidades.

Situamos a passagem das tecnologias vinculadas à internet desde um modelo fixo até as tecnologias de informação e comunicação vigentes no momento atual, no qual primam a portabilidade e a mobilidade. A partir desse ponto, a circulação entre trajetos urbanos é inscrita em uma rede georeferenciada, ancorada em informações previamente mapeadas em sistemas de posicionamento. O cidadão, carregando consigo estes aparelhos, deixa de ser apenas um ponto no espaço e passa a ser um nó na rede.

O incremento nas técnicas vem auxiliando na passagem de um padrão fixo, ancorado em pontos fixos/residenciais para uma ferramentas de interação, embasadas na morfologia em rede. Discorreremos também sobre as

formas de contato e socialização dentro das redes de maior proeminência, falando sobre a especificidade do papel de cada uma destas. A comunicação mediada por aparelhos vem mostrando um importante papel nos dias atuais, ao oferecer novas formas de comunicação que previamente não existiam. Estas se refletem nos atos do cotidiano dos que vivem a cidade, exercem e sofrem os impactos que nela ocorrem.

A ambientação online

Em uma definição simples, a internet pode ser entendida como uma sofisticada tecnologia de informação e um elemento que modifica as relações sociais, por sua forma organizacional e impactos nas esferas econômica, política e social. Da condição de objeto quase exclusivamente técnico, a internet passa a ser estudada pelo enfoque das ciências sociais. Tal mudança de orientação veio com a difusão de suas funcionalidades no cotidiano.

Fuchs (2006) propõe que “A internet é um sistema sócio-tecnológico auto-organizado, não é somente uma rede tecnológica global de redes de computadores interconectados com base em um protocolo TCP/IP, mas um sistema social.”(p. 277). Na condição de ferramenta de armazenamento tecnológico de informações, a internet não teria os usos da dimensão atual, já que estes vêm dos significados sociais atribuídos à tecnologia, portanto,

Para conceber a internet como um sistema complexo não-mecanicista e não-linear, é necessário considerá-la não como um sistema puramente tecnológico, mas um sistema sócio-tecnológico, no qual atores sociais e grupos possuem importância central.(ibid.)³

³Tradução livre do fragmento “The internet is a self organizing socio-technological system, it is not a global technological network of networked computer networks based un the TCP/IP protocol, but a social system. As a pure technological storage of knowledge the internet would

A Internet se estabeleceu entre as décadas de 1970 a 1990, passando pelos usos militares, empresariais e domésticos. Neste momento, a interconexão via web era restrita somente a alguns setores da população, dotada de grande fixidez e com funções limitadas. A popularização da linguagem técnica que permitia a criação de sítios eletrônicos configurou uma mudança na possibilidade de difusão de conteúdo.

As discussões que contemplam a relação entre espaço físico e internet englobam exageros como a idealização de novos espaços ou o uso de categorias pretensamente espaciais. Estas possuem estreita relação com a apropriação de um vocabulário técnico usado rotineiramente, com “termos pouco esclarecedores – “cspace”, “ciberespaço” e “ciberlugar”, conjugadas ao uso de múltiplas metáforas espaciais consolidadas no jargão técnico e na linguagem popular” (NAME, 2012, p.203). Contudo, na condição de categorias analíticas, estas aparentam demasiada fragilidade, por suas restritas possibilidades de amparo teórico ou reduções de conceituações tradicionais.

Outro ponto é que a automatização e informatização foram diluídas nas funcionalidades habituais da vida cotidiana. Assim, “não entraríamos mais no ciberespaço, já que ele seria uma constante.” (SCHWINGEL, 2004, p.48). O usuário passa a dispor da web em consonância com suas atividades, em vez de relegar um tempo específico para se dedicar ao computador. Há uma ambiência ao alcance dos dedos e telas.

A ambientação online está diretamente relacionada ao tempo imediato

be useless, it gains “life” only by human activity and social relationships that interpret data and produce meaningful knowledge. In order to conceive the internet as a non-mechanistic, non-linear, complex system it is necessary to consider it not as a purely technological system, but a socio-technological system in which human actors and groups (virtual communities) are of central importance.”

de chegada da informação, ao padrão comunicacional que envolve múltiplos indivíduos, à resposta passível de criar comportamentos capazes de mudar os rumos de um determinado evento.

Na vigência da Web 1.0, a narrativa era produzida sob o modelo da página principal. A homepage era a interface do projeto da internet como um grande meio imersivo. No formato de predomínio dos portais de notícias, o usuário era conduzido pelo ordenamento da visita, uma navegação guiada entre links, dos portais para sites menores. Durante a vigência da web de homepages, a maior relevância era destinada àquele capaz de gerar mais acesso, medido em cliques. “Muitas notícias online, de diferentes áreas, publicadas em poucos segundos. Os anos 90 foram os tempos dos portais. A ideia era ser um supernó que concentrava todo tipo de conteúdo”. (MALINI, 2014, p.151)

No campo das publicações editoriais, um conjunto de veículos independentes passou a dispor de um público mais abrangente, a partir do uso da web. A criação de páginas pessoais permitiu difundir a ideia de que o usuário⁴ pode criar, participar e difundir conteúdo. Para coletivos, sejam estes ativistas ou não, tal passagem demarcou transformações relacionadas à veiculação.

Em relação aos aspectos morfológicos, a passagem do formatos 1.0 para o 2.0 apresentam fácil distinção. A internet passa da arquitetura de *hyperlinks*⁵ para o compartilhamento dinâmico de conteúdo; de um supernó que concentra editoriais para plataformas de encontro, englobando redes sociais que facilitam o contato personalizado. O compartilhamento entre

⁴Criando e difundindo informações potencialmente com mesmo alcance de qualquer outro site, a princípio, todavia, os grandes portais contavam com amplo respaldo –pago, da propaganda, o que faz com que, na prática, sítios menores tivessem menos alcance.

⁵Elemento em um documento eletrônico que redireciona o clique a um ponto na mesma página ou redireciona-o a outra página.

usuários foi o grande elemento que marcou a passagem entre formatos. As interações atuais vão além da falta de amparo de uma identidade vinculada à vida fora da ambientação online e da percepção do anonimato, ambas comuns na vigência da web 1.0. Considerando tais pontos, reproduzimos a passagem abaixo para caracterizar a web 2.0:

A partir de um ponto de vista comunicativo, o advento das redes digitais, sobretudo na sua forma mais recente da chamada Web 2.0 (gerada pela conexão de alta velocidade que permitiu a veiculação via web de informações em todos os formatos – áudio, vídeo, imagens etc, em plataformas colaborativas) foi interpretado por vários autores como uma revolução responsável pela transformação da própria natureza da arquitetura e do processo de repasse das informações. (DI FELICE, 2012. p.28)

No que concerne à veiculação de informações, o padrão concentrado nos principais veículos de comunicação tem sua centralidade comprometida com a emergência de um padrão difuso, em que muitos podem pleitear o papel de emissores. A capacidade de publicação no online passa dos detentores de grandes audiências para os que acumulam mais interações.

O valor de uma rede deixou de ser calculado apenas pela quantidade de público de um site, ganhando maior importância o cálculo da quantidade de grupos criados e mobilizados na internet por alguém (perfil ou coletivo), o que transformou fãs e seguidores em parceiros da produção de uma agenda informativa. Essa é a base das redes peer-to-peer (p2p)⁶, a base da cultura do vazamento, a cultura das redes popularmente chamadas redes sociais na internet ou web 2.0." (MALINI, 2013, p.151)

Há, na verdade, uma dependência desta produção colaborativa. Sem a participação individual, a rede se torna mais frágil. O engajamento dos sujeitos e interesse pelas publicações são um traço importante para o funcionamento

⁶Redes de compartilhamento direto em que o computador do usuário realiza a função de servidor e cliente ao mesmo tempo. O uso principal se volta para o compartilhamento direto de arquivos.

do formato timeline. De acordo com Santaella, “O emissor não emite mais mensagens, mas constrói um sistema com rotas de navegação e conexões. A mensagem passa a ser um programa interativo que se define pela maneira como é consultado” (SANTAELLA, 2004).

Em períodos prévios, a sociabilização online ocorria, majoritariamente, entre desconhecidos. Contudo, “no modelo 2.0, o usuário não tem “home”. Tem “timeline”. E deixa de ser usuário para se tornar um perfil.” (MALINI, 2013, p. 213). A instantaneidade em fluxo contínuo, atrelada à construção de perfis pessoais vinculados à identidade vivida fora das redes da internet, carregam em si novas formas de contato.

Compreendemos que a tônica das plataformas de interação social é composta pela demonstração dos próprios interesses, da autoexposição da persona e dos interesses pessoais. Neste fórum, é possível editar o cotidiano, demonstrando apenas aspectos escolhidos.

Redes sociais e os perfis que seus usuários montam e remontam parecem ser, nesse contexto, instrumentos de uma construção identitária que em alguma medida é uma representação do privado para o deleite público. (NAME, 2012, p.211)

Nesta autoconstrução pública, em que exibimos tanto fragmentos de quem somos como projeções de quem gostaríamos de ser, adotamos posicionamentos políticos. Isto ocorre muitas vezes em função do tema em voga, sobre o qual recebemos conteúdo em nossas timeline e interações via rede. Sifry (2014) discute a condição de ser um ciberativista pelo viés do efeito de espelhamento; neste, há uma construção muito breve do posicionamento pessoal e pouco envolvimento – especialmente de longo prazo, com a causa

debatida em um feed de notícias⁷, (em uma espécie de pressão social pelo posicionamento do tópico do momento.)

Lopes afirma que há de se considerar “a natureza do *ethos* colaborativo e participativo da Web 2.0 de discussão, de reinvenção social, de agenciamento e de transgressão.”(2010, p.394) A ambiência da web 2.0 exerce impacto como articuladora dos esforços particulares ou conjuntos dos atores.

A consolidação de um novo formato comunicacional vem ocorrendo simultaneamente à popularização dos aparelhos móveis. A presença de facilitadores da articulação social trazem novas nuances a situações que, tradicionalmente, ocorriam na temporalidade do ato no espaço público (convocação, performance e dissipação).

Há hoje a extensão da narrativa, o que tem estreita relação com estas redes. As novas ferramentas vão além da função massiva de convocatória, possibilitando que se realizem debates prévios, a exemplo de temas como: a agenda; os modos de atuação; o debate sobre o melhor lugar no espaço para agir; o *live streaming*⁸ durante o ato; e, posteriormente, verificar se houve efeitos, quais foram as repercussões, se atenderam a pauta pretendida e eventuais correções de condutas. Estas apresentam a vantagem de prescindir do encontro presencial, podendo ser realizada em casa ou em mobilidade.

Estes espaços inscritos na ambientação online possuem normas de convívio, acordadas entre pares ou impostas em termos de serviço. Considerando que a auto-exposição e a criação individual de conteúdo vêm

⁷De acordo com a central de ajuda ao usuário da rede Facebook: O Feed de Notícias é uma lista atualizada constantemente com histórias de pessoas e Páginas que você segue no Facebook. As histórias do Feed de Notícias incluem atualizações de status, fotos, vídeos, links, atividades de aplicativos e curtidas.

⁸Cobertura ao vivo de dentro do ato. Nos voltaremos à discussão deste ponto na continuidade do texto.

contribuindo para mudar o modo com que as pessoas se revelam às demais, perguntamo-nos se estaríamos vivendo um momento de ruptura, a partir da capacidade de estar presencialmente em um lugar e com uma segunda ambientação ocorrendo simultaneamente.

As tecnologias de informação e comunicação e os efeitos de seus usos no ambiente urbano

O momento atual de difusão dos dispositivos vem denotando a permeabilidade entre online e off-line. Partindo desse ponto de observação, torna-se necessário repensar a transição entre ambientações. Ações multiescalares que contam com esta forma de articulação possuem distintas finalidades e nem sempre são de caráter político. Um exemplo de fins extrapolíticos são os *flash mobs*, modalidade que busca a encenação de um ato de visibilidade, que gera estranheza aos que se situam copresentes no lugar. Surge a pergunta: se o online é uma escala na qual os indivíduos se agregam, de que forma ela simula ou é análoga a um espaço em que tradicionalmente se realizam a mobilização e a militância?

Ao compararmos o espaço urbano, dotado de fisicalidade, e a internet, onde as relações ocorrem por trocas de informação, é possível destacar atributos que distinguem estas esferas de convívio, como a corporeidade. Quando o corpo não é um elemento mediador de relações, a exemplo do que ocorre em uma discussão online, há uma experiência diferente no contato, aproximação e interação. Na cidade, a copresença entre indivíduos define regras e condições para que as pessoas partilhem o espaço; no online, estas são definidas por termos de serviços ou por comportamentos normatizados entre os usuários (mesmo que implicitamente).

Quando uma pessoa se situa presencialmente em um lugar e simultaneamente no online, ela se desmembra em múltiplas presenças. Não há somente uma remoção do indivíduo, mas o evocar de novas apresentações pessoais. Mesmo que o sujeito não se situe fisicamente, ele está apto a participar de um acontecimento, seja pela emissão em tempo real de imagens, pelos relatos ou por interação em uma conversa. Isso pode ocorrer tanto entre dois indivíduos como em grupo.

A rede permanentemente acessível e a adesão massiva ao online⁹ contribuem para o surgimento de novas formas de interação. Estas, por consequência, incidem nas dinâmicas entre homem e espaço. Fatores como a autorretirada do indivíduo e a ambientação indutora de múltiplas presenças se destacam nesta articulação. Di Felice aponta: "o território e a percepção do lugar são constantemente ressignificados pela intervenção de práticas comunicativas e de fluxos informativos." (DI FELICE, 2013, p.4)

Tomemos como exemplo uma pessoa que está presencialmente situada em uma praça e, ao mesmo tempo, falando com uma outra pessoa, localizada em sua casa. Ocorre uma comunicação em tempo real, com possível troca de imagens do lugar e descrições dos acontecimentos. Nesse processo de trocas informacionais, perguntamo-nos se o sujeito estaria copresente no lugar remoto, mesmo que não em corpo físico, e até que ponto a fisicalidade seria necessária para conferir sentido ao lugar. Os acessos recorrentes e a presença constante podem vir a conferir um sentido de comunidade a grupos de pessoas que regularmente transitam entre ambientações.

⁹Di Felice nos apresenta o conceito de territórios informativos: "Segundo Mike Heim, a "interface é uma membrana, uma pele que junta dois corpos e que sobrepõe dois circuitos". O resultado de tal processo de interação é a constituição de territórios informativos em contínua alteração, que passam a assumir formas e significados distintos de acordo com o usuário, com o tipo de interface utilizada e com o tipo de interação dinamicamente construída." (2013, p. 50).

Turkle (2011) discorre sobre o *self* (eu/persona) imerso na web, em analogia ao lugar, afirmando que o uso dos aparelhos móveis permite que o indivíduo crie uma *deslugarização voluntária*. Nesta, o interesse do sujeito se volta para além do acontecimento situacional em que este se encontra fisicamente presente. Embora concordemos com os pontos centrais do argumento, pensamos que tal comportamento não foi criado pelas tecnologias informacionais e comunicacionais e sim intensificado e exposto.

O entendimento de uma nova ambientação criada pela rede passa pela ideia de que o uso de aparelhos móveis com conexão à internet faz com que *estejamos lá*. Por mais que não nos situemos presencialmente, tornamo-nos presentes pela possibilidade de estarmos acessíveis pela rede. Ainda que esteja voltado às telas, não é possível que o sujeito se remova do espaço geográfico, uma vez que está fisicamente situado.

O momento atual não trata apenas de uma desconexão com o lugar presencial e sim de multiplicidade, em que o indivíduo se situa fisicamente no lugar e co-presente em uma ambientação virtual, pelos fluxos de envio de imagens e informações. As tecnologias de informação e comunicação podem induzir novas condições de presença e distintas formas de exercício da performance pública, tanto individual como coletivamente. Os dispositivos móveis não somente retiram o indivíduo, mas o levam a uma ambientação de troca com demais pessoas. Pensamos que os novos estímulos trazidos com as TICs¹⁰ serão absorvidos, em certo tempo, na rotina urbana.

¹⁰Tecnologias Informacionais Comunicacionais.

A criação de cartografias pessoais – trajetórias inscritas na rede

A fixidez da internet é hoje anacrônica. A presença das Tecnologias de Informação e comunicação (TIC) apontam no sentido da ampliação dos usos em mobilidade.

Os telefones celulares se consolidam como o tipo de equipamento TIC mais presente nos domicílios brasileiros – com crescimento substancial da utilização desses equipamentos como plataforma para o acesso à Internet. Outros aparelhos móveis, como *tablets* e computadores portáteis também estão mais presentes nos domicílios brasileiros, reforçando a crescente tendência à mobilidade. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET BRASILEIRA, 2014, p.161)

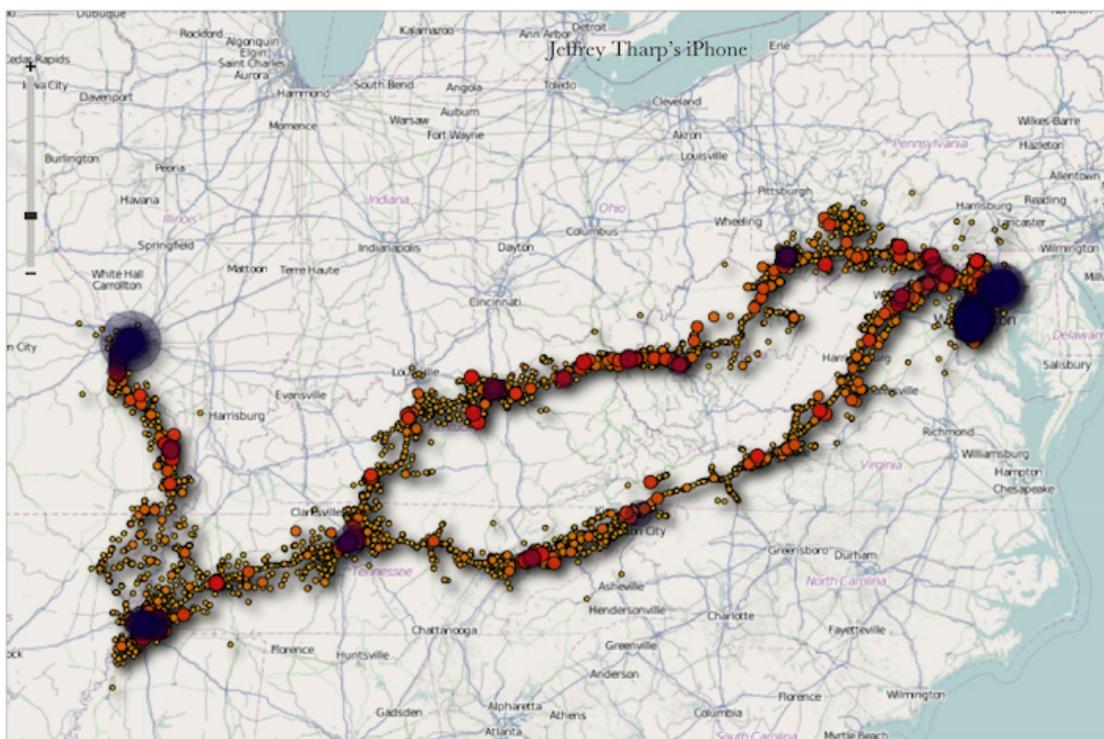
Os aplicativos georreferenciados se apoiam nos sistemas de posicionamento global para permitir que uma pessoa informe sua posição geográfica. Ao carregar consigo um dispositivo ligado em rede, o indivíduo é permanentemente uma posição no espaço, além de ser um ponto de conexão entre dois ambientes. O sujeito, hoje, possui uma efetiva posição num sistema de coordenadas, que tem relação com o terreno. Em síntese, o dispositivo móvel muda a relação do que era anteriormente a estação de conexão à internet.

O movimento pela cidade cria, na verdade, cartografias pessoais. A figura abaixo utiliza o exemplo de um mapa, criado a partir de um aplicativo – Iphone Tracker APP, do trajeto percorrido pelo usuário em um determinado recorte de tempo. Os pontos com cores mais escuras representam que o dispositivo esteve afixado em uma localidade por períodos mais longos. Estas informações são projetadas sobre um mapa, em uma recursiva demarcação das rotas realizadas cotidianamente.

Parte dos usuários das funções de mapeamento de trajetórias nem sempre está ciente ou de acordo com a coleta de seus dados pessoais. Os usos possíveis destas informações podem criar situações de constrangimento, seja pela vigilância não-autorizada de seus trajetos pessoais urbanos ou pela potencial ameaça ao corpo físico.

Quando relacionamos esta condição a épocas de efervescência de atos urbanos e reivindicações políticas e contextos socioespaciais turbulentos, a ameaça da correlação entre ambientações se torna potencialmente perigosa para a integridade do corpo físico. Salientamos que o comércio de dados pessoais e de informação é um mercado em crescimento, e que vem levantando debates sobre os limites da privacidade pessoal.

Imagem 1: Cartografias Pessoais (Iphone tracker APP)



Fonte: <http://petewarden.github.io/iPhoneTracker/>

As trocas digitais entre indivíduos em mobilidade no espaço público têm potencializado novas práticas sociais, em que se destacam novos tipos de autoexposição e comunicação. Comparado a períodos prévios, mesmo partindo do padrão de emissão um-muitos, o retorno imediato da informação não era uma prática comum, pois estava associada a uma infraestrutura cara e virtualmente inacessível para sujeitos desvinculados dos veículos de comunicação em massa.

Na comunicação analógica havia um tempo de espera entre o envio da mensagem e a resposta, superado nas trocas em tempo real. Pela interação de resposta rápida ao emissor, cria-se a possibilidade de intervir na dinâmica do lugar. A narrativa unidirecional se abrandava quando pode receber sugestões de como inscrever ações no espaço via comunicação instantânea.

Esta troca, realizada por múltiplos atores sociais, cria o que Di Felice alude como metaterritórios informatizados, uma complexa projeção da cidade na rede, que constantemente se refaz:

O conceito de sistemas informativos desenvolvido por Meyrowitz indica que os ambientes físicos e os “ambientes” das mídias pertencem a um continuum e não a uma dicotomia, fazendo com que a difusão das mídias eletrônicas crie muitas novas situações sociais. Os metaterritórios informatizados estabelecem um novo tipo de interação na qual o sujeito percebe e interage em colaboração com as tecnologias e as interfaces, redefinindo a cada vez a própria posição, a própria deslocação, a própria interação (DI FELICE, 2012, p. 52).

O que efetivamente se entende é a ideia de que quando uma pessoa envia a imagem do lugar em que está situada, ela leva algo desse lugar para uma ou várias pessoas que estão distantes, a exemplo, uma fotografia que capta um ocorrido no espaço urbano. Mesmo fisicamente distante, o receptor conseguiria ficar a par dos eventos do lugar, em novas condições de presença.

Tendo em vista este ponto, podemos inferir que o indivíduo seria o elemento integrador de duas localidades via ambientação online. Ele é o nó,

que, pelo ambiente virtual intercede em duas situações. Aqueles que dialogam e realizam trocas pela mediação das ferramentas da web estão duplamente conectados: no mundo físico e no mundo online, sendo o ponto de intercessão nesses dois ambientes e participando de ambos simultaneamente.

Concordamos com Name (2012) que na comunicação digital, o que temos não é um desague do virtual sobre o real e sim uma articulação complementar.

A web como instrumento para ações colaborativas

A existência de um ativismo ambientado no online vem delineando novos contornos e formas de relação entre indivíduos, identidades e autoapresentação, situados dentro da lógica colaborativa¹¹. A recursiva sucessão de pautas em um curto período de tempo contribui para a dispersão dos esforços empreendidos na mobilização de atores sociais. Há uma imprevisibilidade nas convocações para atuação de militância na rede, na qual algumas causas ganham destaque enquanto outras passam despercebidas.

Tomemos o exemplo mencionado na passagem abaixo, em que se fala sobre os direitos dos homossexuais na Nigéria. Propomos, em um exercício de abstração, que se substitua esta passagem por outra ação de militância centrada no online, com similares modos de atuação e disponibilidade de ferramentas. Teríamos, assim, uma explicação síntese do caráter errático das ações que ora recebem vasta credibilidade e adeptos, ora passam despercebidas. Há de se empreender esforços além-rede.

¹¹Expressão que aparece também com o nome de lógica hipertextual.

Nós simplesmente não sabemos se a disponibilidade de tal espaço de encontro virtual vai ajudar as perspectivas de longo prazo sobre os direitos dos homossexuais na Nigéria. Afinal, a mudança de atitudes sociais sobre questões tão carregadas exigiria uma série de sacrifícios, reformas políticas, legais e sociais custosas, que podem ou não ter sido facilitadas pela Internet (MOROZOV, 2011, p.201)¹²

Os atores sociais que agem no ativismo online devem compreender que a mera replicação de mensagens, tuítes e postagens possuem uma contribuição que se encerra na exposição do posicionamento individual. Similarmente, a assinatura de petições ou coleta de dinheiro são caminhos simplórios e pontuais na resolução de problemas políticos que requerem investimentos maiores e de longo prazo.

Para contornar esses ativismos parcialmente funcionais, pensamos ser necessário a adoção de alguns critérios. Como exemplo: a reflexão sobre os limites da causa para a qual se quer contribuir; a forma como ocorre a transição de investimentos empreendidos para a escala do off-line; a criação de comprometimento real entre os ativistas online e a causa; o debate e a troca com ativistas que partilham propostas; a organização de uma agenda de problemas e ações; a factual transição para o off-line (se julgado necessário).

Embora a internet seja um canal apto a proporcionar visibilidade e promover debates (especialmente fora das configurações fechadas das redes sociais), a transição para efeitos práticos ainda é um caminho em construção. Concordamos com Morozov (2011) quando afirma que ainda não se descobriu a forma mais adequada de transformar encontros entre pessoas e similares

¹²Em tradução livre. Fragmento original "We simply don't know if the availability of such virtual meeting space is going to help the long-term prospects of gay rights in Nigeria. After all, changing social attitudes on such charged issues would require a series of painful political, legal, and social reforms and sacrifices, which may or may not have been made easier by the Internet."

interesses em mobilizações frutíferas¹³ para o tratamento de questões políticas.

Quando restrita a nichos, a comunicação não ocorre em função dos aspectos pessoais de cada um, mas por uma agregação de ideias a um tópico central de mobilização. Recuero (2007) se refere a uma junção complexa e articulada de fatores, na qual se destaca a importância dos *espaços públicos mediados*, definidos como “ambientes onde as pessoas podem reunir-se publicamente através da mediação da tecnologia(p.3).”

A literatura que trabalha a articulação entre o online e a política indica um aparente consenso sobre a importância do princípio da livre associação, estendido à rede, e a complementariedade de ações dentro e fora da web. (FUCHS, 2006; CASTELLS, 2013, DI FELICE, 2008, 2012; TKACHEVA, 2013.)

Fuchs (2006) e Warf (2013) apontam que o online seria uma esfera de complementação, sem a capacidade de substituir o off-line. O agir presencial é, sem dúvida, o ato em que a materialidade e a visibilidade ganham destaque. No entanto, apesar da dificuldade em canalizar os esforços empreendidos no online para ganhos efetivos, a articulação pela internet traz diferenciais com efeitos positivos, a exemplo da deliberação de agenda em fóruns e da extensão da temporalidade de um evento nas discussões posteriores a ele.

As redes online que conferem suporte ao ciberativismo são dotadas de dinâmicas diferentes daquelas que levam à mobilização off-line. Desse modo, os atores sociais possuem distinto impacto político, ao agirem dentro e fora da web.

Redes online que acomodam o ciberativismo apenas simulam¹⁴ os laços

¹³Em tradução livre.

¹⁴PARKINSON em 'Democracy And Public Space' propõe um questionamento sobre a democracia e a necessidade de um ambiente físico para o desenrolar de suas ações. "The

fortes dos contatos presenciais. Dessa forma, são incapazes de competir em paridade com a mobilização que ocorre off-line.

De qualquer modo, o formato web participatória vem facilitando a troca de informação em redes sociais e plataformas colaborativas. O amparo da morfologia de rede, presente na comunicação digital, colabora para atenuar a distinção entre emissor e receptor, importante no período analógico. Através dela, os fluxos comunicativos são interconectados e se retroalimentam; uma informação emitida circula, seu conteúdo inicial sofre adições, funcionando sob uma lógica de agregação hipertextual. Assim:

Compreendemos que as redes digitais instauram uma forma comunicativa feita de fluxos e de troca de informações “de todos para todos”, principalmente em sua versão Web 2.0 (ou ainda *groupware* ou *participatory Web*), marcada pela velocidade e pela emergência de plataformas colaborativas. Do ponto de vista político, com relação à forma analógica de comunicação (especialmente jornal, rádio e TV) mudam os meios utilizados, as formas e os conteúdos. (DI FELICE, 2012, p.41)

As notícias nas redes, especialmente em redes sociais, têm sua própria temporalidade. Constatamos que a rapidez da informação possui um duplo caráter: ao mesmo tempo que ela é capaz de se tornar viral, ela também faz com que demais temas sejam engolidos no fluxo informativo do momento.

O sujeito que busca, a exemplo, tuitar sobre si, durante a ocorrência de um ocorrido para o qual todos se voltam, acaba não recebendo a resposta

question that then arises is whether democracy really does require physical space in the strong sense that I have suggested so far. Critics of that thought appeal to the idea that public space is much, much more than physical settings; that it has largely moved onto the airwaves or the Internet and has become ‘virtual’, and that, on the contrary, democracy can continue in a vibrant form without any physical setting at all.” (2012, p.62). Pensamos que a abordagem seguida pelo autor, segue caminhos que nos distanciariam demasiadamente do objeto central desta pesquisa. Contudo, entendemos que o tratamento teórico seguido por Parkinson configura uma válida contribuição aos pesquisadores desta temática.

esperada. Na rapidez dos eventos, o tempo de reflexão e de avaliação dos fatos pode ficar comprometido.

Apesar do entusiasmo que o surgimento e efetivação de uma ferramenta trazem aos seus observadores, é necessário ter cuidado para não creditar a ela o papel de redentora, ou pensar que esta poderia inutilizar os elementos que a antecederam, como atesta Fuchs:

Estas considerações devem alertar-nos para a observação da Internet em termos teleológicos, como uma força onipotente inevitavelmente destinada para a emancipação da humanidade. Ao invés disso, as consequências são contingentes, em constante alteração e localmente situadas. Tal perspectiva é necessária como um antídoto de sobriedade para uma perspectiva demasiadamente otimista, tecnologicamente determinista e utópica que popularmente se instaura sobre este tópico.(FUCHS, 2006, p. 280)¹⁵

A rede e suas ferramentas

As geometrias tradicionais das redes, relidas para a ambientação online facilitam o entendimento da necessidade de gradações dos laços por e a partir da interação dos sujeitos. As ferramentas online vêm sendo rotineiramente incorporadas ao cotidiano, complementando ou substituindo práticas. Entende-se que as funcionalidades da rede podem ser facilitadores do encontro social.

A rede se forma pela junção sucessiva de novos pontos, sendo uma estrutura capaz de se expandir, “agregando sempre novos nós e indivíduos aptos a se comunicarem através de um código comum e, por isso mesmo, considerados pertinentes à lógica do sistema” (DI FELICE, 2012, p.32). De

¹⁵Em tradução livre. Fragmento original “Such considerations should lead us to be wary of viewing the internet in teleological terms, as some omnipotent force inevitably destined to emancipate humanity. Rather, its consequences are contingent, ever-changing, and locally-specific. Such a perspective is necessary as a sobering antidote to the overly optimistic, technologically determinist utopianism that pervades much popular wisdom about this topic.”

forma complementar, as redes precisam ser capazes de estabelecer relações com as demais para serem funcionais. Compreender a internet como uma rede imaterial configura um tratamento equívoco, uma vez que há uma infraestrutura material que confere suporte às trocas informacionais e comunicacionais.

Compreendemos que a leitura espacial e geográfica da internet e seus usos passa por dois formatos de redes: sociais e técnicas. A organização via redes sempre existiu, atendendo diversas finalidades, e incrementos tecnológicos vêm, recursivamente, alterando as maneiras de interação.

Conforme nos ensina Santos (1996), a troca realizada em um sistema sociotécnico deixa de ser feita, majoritariamente, por mercadorias tangíveis e passa a se voltar também para a troca de informações. Sobre a distinção entre as redes infraestruturais, inscritas em um território, e as sociais: “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam.”(p.176). Desse modo, a escolha da rede como conceito analítico apresenta sua justificativa/viabilidade.

De maneira similar à telecomunicação convencional, a internet também conta com pontos afixados no espaço; trata-se de uma infraestrutura técnica que confere suporte à espacialidade da ambientação online. Quanto a esta característica, vale considerar que a estrutura de cabos fixos tem sido cada vez menos visível no cotidiano doméstico, já que os dispositivos passam a realizar funções por ondas, conforme destacado na passagem subsequente:

Ter acesso à internet depende, afinal, de uma *infraestrutura* que, no caráter de *rede técnica*, pouco difere de outras como a viária, de água, esgoto ou drenagem: é formada também por uma trama de nós e linhas, pela qual é possibilitada a circulação de algo que se quer distribuir. Mas, diferente daquelas mais usuais, as redes técnicas que dão suporte às NTIC têm componentes geralmente muito pequenos e leves, usualmente escondidos da visão do público, como no caso dos cabos de fibra ótica, as salas de servidores e os cabos enterrados debaixo das estradas ou correndo por dentro das paredes

e sob os pisos. Complementam a cotidiana e errônea presunção de que tudo relacionado às NTIC é imaterial, a-espacial e não geográfico. (NAME, 2012, p. 205)

Outro ponto a considerar é que, ao lidarmos com uma ambientação cuja tônica principal são fluxos de informação, a utilização de níveis de abstração apresenta boas possibilidades de suporte analítico. Utilizamos a escala para o entendimento do par online/off-line, em um enfoque voltado para a continuidade, ao invés da ruptura. Santos assim trata do assunto:

A escala, enquanto instrumento analítico, sempre forneceu precioso suporte na constituição dos sistemas lógicos que estruturam os olhares geográficos. Sendo um conceito que permitia associar tamanhos, dimensões e proporções aos fenômenos, aos instrumentos explicativos. (SANTOS R., 2011, p.79)

Enquanto sistema sociotécnico, Machado (2013) enumera pontos que caracterizam a internet como uma ferramenta privilegiada para formas de reivindicação de direitos, ressaltando que este é um aspecto diretamente relacionado ao período vigente. O autor argumenta que atores em rede tendem a se unir em torno de interesses comuns, em uma tendência coalizacional - ideal para a proliferação e ramificação de coletivos sociais. As dinâmicas provenientes desse novo formato possuem pontos favoráveis para a agregação por uma mesma causa, bem como para a abertura de espaços de diálogo – institucionais e não institucionais.

O 'minimalismo organizacional' é a característica da internet à qual, parcialmente, se creditam novos arranjos de grupos. É a constatação de que a organização demanda pouco em termos de complementação de infraestrutura, diminuição de custos operacionais. Sifry (2014) complementa, afirmando que bastaria que o indivíduo se interessasse por uma causa e passaria a atuar nela, em sua casa, sem demandas complementares. Uma

segunda característica seria a possibilidade de participação dos atores sociais em diversas simultaneamente, mesmo que as pautas sequer apresentem pontos de convergência.

De acordo com as proposições de Fuchs (2006), as ferramentas, por melhores, mais funcionais e inclusivas que sejam, não possuem sentido quando não são apropriadas socialmente. Contudo, a criação de canais para a disseminação de informações e o surgimento de novas modalidades, a exemplo do jornalismo amador, remetem-nos a pensar que tem havido uma difusão exitosa entre seus adeptos.

Assim, o provimento de internet passa a ser entendido, cada vez mais, como medida essencial para o acesso à informação. Também vem aumentando a incorporação para a realização de tarefas tanto corriqueiras quanto burocráticas. As pesquisas que trabalham com os dados estatísticos têm demonstrado o crescente uso da internet para a facilitação de etapas em processos documentais, por exemplo.

Quanto ao uso de aplicativos georreferenciados, ele se consolidou para atender a distintos propósitos, desde o traçar de cartografias pessoais de trajetos cotidianos até denúncias no ativismo de rua. Ter esta ferramenta à disposição se reflete na capacidade de agir do usuário, que pode exercer novas funções em uma temporalidade diferenciada, amparada pela possibilidade de criar e compartilhar conteúdo e de ampliar as fontes de informação.

O contato mediado e seus impactos na comunicação

Segundo Boyd (2007), as informações na web atendem a quatro critérios, sendo estes: a persistência da informação no ciberespaço; a capacidade de busca dessas informações; a replicabilidade; finalmente, a componente das audiências invisíveis. Nesta, a informação circula entre pessoas de diferentes círculos que, rotineiramente, não possuem contato, de modo que não é possível prever até que ponto se prolonga o alcance de uma mensagem.

A comunicação mediada ocorre quando o emissor e receptor não se encontram face a face, sendo necessário o uso de artifícios para a transmissão da mensagem. No contato mediado, os constrangimentos do corpo físico, da apresentação pessoal e os símbolos de classe social apresentam um menor peso como restrição ao primeiro contato. Isso ocorre há longa data, portanto, as TICS não representam uma novidade nesse sentido. A intensificação do uso dos computadores interconectados em rede, da comunicação entre indivíduos, por intermédio das plataformas, e da exposição voluntária de fragmentos da vida privada, nas redes sociais, fez com que a Internet fosse sendo transformada do uso solitário da interação homem-máquina¹⁶ para a comunicação de indivíduos no padrão um-muitos.

Orientamos a discussão sobre o contato interpessoal partindo dos referenciais teóricos de Morozov (2011) e Tkacheva (2013). Ambos os autores abordam a criação de laços relacionados à rede e os efeitos dessa modalidade de interação. Considera-se a diferença e entre as naturezas do envolvimento que cada ator pode ter na web, ações empreendidas e resultados possíveis.

As interações pessoais, que ocorrem face a face entre conhecidos ou amigos criam *strong ties* (laços fortes), que valem dentro ou fora da

¹⁶ Nos anos da década de 1990.

ambientação online. O indivíduo confere parte de própria credibilidade pessoal para a causa, em um envolvimento com aspectos mais duradouros. Para *strong ties* a reputação daquele que faz uma convocação pode vir a ser um diferencial no alcance da mensagem.

Nos *weak ties* (laços fracos), a mensagem é o elemento de convocação. Nestes, a mensagem é mais importante que a persona e os contatos possuem cunho menos pessoal. Na ocorrência de laços fracos, os atores sociais não precisam necessariamente ser conhecidos, apenas ter o mesmo propósito. Para a difusão de informações e convocação para a ação, esse contato demonstra ser suficiente; os aspectos da vida pessoal de quem convoca pouco interessam.

A mídia social e plataformas de interação criam a ilusão de contato face a face. “As redes sociais fazem isso: elas engajam as pessoas numa relação próxima e em torno de assuntos do seu interesse.” (MONTES, 2014, p.124). De acordo com a proposta de Tkacheva (2013), os laços fortes ocorrem por repetidas interações interpessoais e podem contribuir para criar pressão e também para a mobilização social off-line. Morozov (2011) infere que estes laços servem também a grupos hierarquizados, que passam a adotar redes como o Twitter e o Facebook¹⁷ para aumentar seu alcance. Quando existe um comprometimento sólido com a causa fora da rede, os *strong ties* fazem uma boa transição para a ambientação online.

Pensamos, contudo, que a proposta de Tkacheva é um tanto rígida e que as relações pessoais não se enquadram apenas em padrões de fortes interações ou mera amizade virtual, havendo uma gradação da forma de contato para distintos propósitos, dentro e fora da ambientação online.

O debate de assuntos no online não é uma ação que se encerra em si

¹⁷A escolha por estas redes será discutida no capítulo subsequente.

mesma, sendo necessário, em algum momento, converter as ações ensejadas a partir da rede para finalidades práticas¹⁸. Este é o principal ponto em que o ativismo em ferramentas como o Twitter e o Facebook se mostra falho. Tal colocação se torna pertinente sobretudo quando dados afirmam a forte presença de jovens utilizando redes sociais. Destaca-se que “a proporção de usuários de redes sociais atinge 89% entre jovens de 16 a 24 anos, enquanto esse número é de 42% para os usuários de Internet com 60 anos ou mais.” (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014, P.179).

Neste contexto, a consolidação do formato informativo mediado pela web fez com que muitos supusessem que a relação entre a internet e a política passaria por mudanças. A ideia era relacionada a um novo direcionamento no qual mais pessoas teriam voz efetiva e poderiam participar nas decisões sobre políticas públicas. Tendo isto em mente, um amplo número de chamadas para ação na rede e pela rede surgiram.

Novos elos foram criados entre estes atores sociais, bem como um sentimento generalizado de que seria possível participar ativamente de uma causa pelo computador. A presença física para atividades como a afiliação passou a partilhar espaço com participações remotas.

Quanto mais rapidamente circulam as informações, mais rápido se exigem respostas das pessoas, contudo estas não precisam vir na forma de ações práticas; podem ser meras inflexões sobre o ocorrido. A demanda supracitada pode levar a um posicionamento prematuro e resultar em um debate mais raso. Apesar das comunicações serem aparentemente facilitadas, por outro lado, se as pessoas se unem por interesses comuns, é possível supor que há uma base consensual apriorística no debate. Isso levaria à criação de nichos, de efeitos polarizadores, em que se perde a troca com aqueles que

¹⁸ O que não significa uma saída mandatória para o offline.

discordam das premissas consensuais. Tkacheva ressalta tais efeitos:

a literatura que surgiu depois, no início dos anos 2000 começou a enfatizar os efeitos polarizadores do discurso online. Uma vez que os indivíduos só consomem notícias que são consistentes com seu ponto de vista, a internet pode produzir câmaras de eco que reforçam as existentes diferenças de opinião, polarizando ainda mais o público. (TKACHEVA, 2013, p.20¹⁹)

Grande quantidade de informação também pode ter como consequência a aparente equivalência na importância dos assuntos já que estes são prontamente sucedidos no fluxo comunicacional. De qualquer modo, é inegável a importância da internet como instrumento sociopolítico:

é obvio que também os movimentos sociais e processo político usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contra dominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado. (CASTELLS, 2013, p.114)

Ainda na discussão sobre comunicação, uma questão importante é a relativa ao hipertexto. De acordo com Pierre Levy (1998), a definição para hipertexto estaria apoiada majoritariamente em aspectos técnicos. Conforme a literatura analisada aponta, houve uma grande controvérsia entre “futurólogos” e demais estudiosos deste tópico sobre o que seria o hipertextual e qual seria sua viabilidade, variando desde formas híbridas de expressão, que marcam o advento de um novo padrão de comunicação, convergência de todas as mídias em uma única mídia, até uma variedade de fragmentos de hipertextos pessoais.

Conforme ocorre repetidas vezes em textos que buscam abarcar temas novos e dotados de especificidade técnica, conceitos são reapropriados, de

¹⁹Tradução livre do fragmento “The literature that emerged later, in the early 2000s, began emphasizing polarizing effects of online discourse. Since individuals only consume news that is consistent with their point of view, the Internet can produce “echo chambers” that reinforce existing differences in opinion, further polarizing the public.”

modo que as definições trabalhadas anteriormente deixam de fazer sentido no momento atual. Acreditamos que a definição de Levy atualmente não se adequa aos significados relegados ao referido termo. Seguimos a proposta de uma acepção do termo hipertexto adequada aos desígnios da Web 2.0. Esta seria uma lógica colaborativa de primeira emissão e reemissão de uma mensagem: um formato híbrido de expressão, no qual se realiza a construção coletiva da mensagem.

Os dispositivos com acesso à internet não fazem apenas a conexão entre mensagens de emissor A até receptor B, mas sim carregam dentro de si a possibilidade de acesso à rede a qualquer momento. Evidenciam-se nestes a instantaneidade nas comunicações e a possibilidade de transmitir uma mensagem uma única vez e esta se difundir a um grande número de pessoas.

Contudo, há de se pensar se o atual momento, atrelado à mobilidade, traz rupturas com os formatos de comunicação antecedentes e quais seriam os efeitos comunicacionais e interpessoais, uma vez que a Geografia já demonstrou interesse e realizou o debate (em variados momentos) sobre as mudanças tecnológicas e os efeitos espaciais, a exemplo, no período de debate sobre a globalização.

As ações que visam transformações sociais pelo online

Há uma grande plasticidade em fóruns que agregam muitas pessoas, permitindo que os assuntos se moldem em função da pauta que demanda especial atenção. Apesar da tentativa de agrupamento das características comuns, as iniciativas possuem particularidades e nuances em direta relação com o contexto socioespacial e político em que se realizam, o que faz com

que estas não possam ser agrupadas homoganeamente. A articulação cotidiana se desfaz e refaz.

Ressaltamos que não estamos trabalhando com um prolongamento do ativismo tradicional para o online e sim com a criação de formas de agir politicamente que têm a internet como respaldo; dentre estas também estão incluídos os ativismos tradicionais que se alçam à rede, por exemplo, criando seus websites.

Há uma forte articulação tanto entre o global e o local como para o online e off-line. As convocações “mantém um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais.”(CASTELLS, 2013, p.161). Os problemas que levam à mobilização nas redes são vividos em contextos específicos no cotidiano local. Na vida fora das redes, as interações recorrentes formam laços fortes e a reputação é criada e sustentada por recursivos encontros sociais.

O aspecto global ocorre quando há a adoção de uma causa ou modo de atuação por pessoas que estão fisicamente distantes. Neste âmbito, também está presente a ideia de estímulo ao enfrentamento de problemas semelhantes, mesmo que vividos em contextos geograficamente distintos. Quando as causas se estendem para a rede, passam a dispor de uma nova visibilidade. Pela própria topologia da rede, a mensagem se difunde pelos nós, projetando a informação.

Há uma relação de espelhamento entre o que ocorre dentro e fora da web, que amplia ou limita funções. O padrão de exclusão digital simula as desigualdades existentes fora da rede. Fatores como renda e educação restringem ou privilegiam a compra de dispositivos, o acesso à conexão permanente, dentre uma variedade de possíveis exemplos, como aponta Warf:

a internet não se situa em algum submundo independente da política, da cultura e da economia do mundo real. Qualquer compreensão realista do ciberespaço deve levar em consideração suas variações geográficas. Essas orientações não se destinam a ser abrangentes: em vez disso, eles devem ser vistos como indicadores de que a enorme diversidade social do mundo é recapitulada no mundo digital, com incentivos muito diferentes, oportunidades, restrições e impactos do uso da internet.²⁰ (WARF, 2013, p.6)

Apesar de argumentarmos em favor de um espaço público dotado de fisicalidade, a literatura que trata da relação entre este e a internet não promove necessariamente tal distinção. Machado (2013) afirma que a internet pode ser entendida como novo espaço público: um lugar de decisão, repercussão de informações e visibilidade. “Com a expansão da rede, criou-se gradativamente um espaço público que não existia, que convive em paralelo com o espaço político e a mídia tradicional, que, por sua vez, ficam sujeitos a um questionamento cada vez maior.” (2013, p. 83)

A capacitação para o uso e o provimento de infraestrutura são pontos que estabelecem relação com a autonomia dos indivíduos, sendo condição fundamental a partir da qual se pautam as incitativas de uso para fins emancipatórios. Os observadores que seguem pela via do determinismo tecnológico demonstram um grande otimismo, por vezes negando o contexto espacial da materialização das ações iniciadas na rede. Quando restritas aos aspectos técnicos, as análises sobre a internet deixam de compreender dinâmicas sociais e espaciais.

²⁰Tradução livre do fragmento “The point of this regional emphasis is to demonstrate that place still matters, that the internet hardly floats in some netherworld independent of real world politics, culture, and economics, and that any realistic understanding of cyberspace must take into consideration its geographic variations. These vignettes are not intended to be comprehensive: rather, they should be seen as indicators that all the world’s enormous social diversity is recapitulated in the digital realm, with widely varying incentives, opportunities, constraints, and impacts of internet usage.”

Tipologia – Elencando os diferentes atores sociais envolvidos em processos online

Tendo em vista as múltiplas frentes de atuação online, torna-se possível, então, estabelecer uma classificação de usuários atuantes. O principal objetivo desta tipologia é buscar compreender como certos grupos se correlacionam a devidas ações. Subsequentemente, podemos ponderar em quais casos a atuação deve transpor a escalaridade da rede, dimensionando os fatores que levam ao espaço geográfico. Embora as ferramentas utilizadas no online sejam facilitadores de certas ações, é necessário que o observador tenha cautela, de modo a evitar análises rasas ou mesmo cair em determinismos tecnológicos.

Apesar da criação de categorias para a discussão, entendemos que há fluidez na passagem de uma conceituação a outra e muitas vezes os atores sociais transitam entre elas ou participam de mais de uma modalidade. Salientamos que não se trata de buscar estabelecer causalidade ou, ainda menos, criar determinismos técnicos ou de quaisquer natureza.

O ativismo online está guiado pela premissa de que pelo uso da internet é capaz de se gerar transformação política. Os indivíduos envolvidos nesta modalidade buscam mobilizar demais atores sociais pelo avanço de agendas políticas específicas.

De acordo com Tkacheva (2013), a web pode criar coalizões inclusivas, enlaçamento ou agregação de grupos, pela identificação e compartilhamento de certos valores. Esta arregimentação possui o potencial de criar novos espaços de deliberação, ao ultrapassar barreiras espaciais.

Compreendemos, de forma ampla e generalizadora, que a militância pode ser individual ou coletiva, com objetivos que oscilam entre curto e longo prazo. Desempenhar o papel de ponto nodal configura uma característica que contribui positivamente na difusão da informação. Dentro da condição de dar

maior visibilidade àqueles que possuem amigados e seguidores em grande número, os grupos ou indivíduos com tais características podem almejar essa situação privilegiada na difusão de informações. Isto cria visibilidade para o assunto, sendo um fator impulsionador para a efetividade deste formato de ativismo em uma rede social ou plataforma.

Apesar da inovação e das possibilidades por ela representadas, muitos usuários da web simplesmente não possuem interesse em se envolver na luta social online ou a interpretam como um universo alheio (especialmente quem fecha sua navegação dentro das redes sociais). Para muitos, as atividades de lazer e contatos sociais são a tônica do uso do computador. Se não há interesse, tampouco haverá envolvimento de grupo ou medidas para transformações sociais.

Uma vez que os indivíduos apenas se relacionam entre si e consomem notícias que são consistentes com seus pontos de vista, a internet pode produzir câmaras de eco que reforçam a parcialidade, polarizando ainda mais a opinião de um devido público.

Destacamos, primeiramente, a atuação em rede de curto prazo e finalidade específica. Ocorre geralmente em fóruns nos quais os membros já participam ativamente, a exemplo de redes sociais. A mobilização e as chamadas ocorrem na rede, compondo o fluxo de informações pela lógica colaborativa. Este ativismo compreende diferentes frentes de atuação, como a solicitação de participação em petições, convocações para ocupações de um espaço público e divulgações de ações voltadas a um ocorrido em especial. A característica comum desses eventos é a temporalidade imediata e urgente.

O grupo de ativistas que é ativado neste formato pode se desfazer ao final da demanda, ou, ao se declararem dispostos a agir pela internet, permanecem à espera de um novo ocorrido.

Damos prosseguimento à tipologia pela militância de conscientização, referida também como ativismo de *awareness*. Ela se pauta em entes informativos, com expectativa de resultados a longo prazo e possui como finalidade máxima a mudança de práticas culturais. Está embasada na replicabilidade de conteúdo, de modo que a difusão da mensagem e o debate são pontos centrais. Pretende-se um envolvimento duradouro dos atores sociais envolvidos.

Diferentemente do exemplo anterior, em que há uma fagulha que desperta o ativismo, esses outros grupos estão organizados em volta do tema. Há uma rede de militantes envolvidos em distintas formas e variados coletivos e há também campo para a ação individual. Tal militância se assemelha à atuação que antecede a internet, tendo sido beneficiada por esta ferramenta de baixo custo operacional e amplo alcance.

O ativismo de *awareness* compreende duas formas de atuação: aquela que ocorre permanentemente e a que é ativada por algum ocorrido fora do comum. Há uma série de exemplos de grupos cujas ações na rede poderiam ser encaixadas neste perfil. Escolhemos citar a militância pela comunicação criptografada, que possui como finalidade máxima a proteção dos dados pessoais na rede. Tais ativistas sempre estão em comunicação, realizando debates entre si, contudo, na ocorrência de algum fato excepcional, os integrantes de micro-redes ativam rapidamente os integrantes de suas redes, para ação factual em torno do ocorrido em questão, o que, geralmente, exige rápida resposta.

Em relação ao ativismo de sofá (*clicktivism*), é possível elencar uma série de problemas, sendo o principal o falso senso de eficácia, que pode vir a diluir esforços com efeito prático. É comum observamos a disseminação de informações inverídicas, afirmando que um clique, compartilhamento de

imagem ou assinatura em um abaixo-assinado online podem levar diretamente a mudanças. Na verdade, a relação entre a atuação por uma causa e os efeitos positivos é muito mais complexa e depende de demais fatores. Quando se levantam bandeiras de causas apenas para mostrar um posicionamento pessoal, não há ação empreendida; as causas são apenas formas de demonstrar crenças e construir fragmentos de uma autoimagem relacionada à política.

Sifry (2014) fala sobre o fenômeno da atomização. Neste, o sujeito recorrentemente é convocado para agir em conjunto por uma ampla variedade de causas. Entretanto, este ator social nega tais solicitações, adotando uma postura em que observa os fatos e age por conta própria. A atomização, mais do que uma negação ao ativismo de grupo passa a ser uma escolha pessoal de agir por uma causa específica e por razões individuais.

Nestes casos, a rede é o locus do engajamento dos atores sociais. Ela é capaz de criar amplas coalizões, que vão desde unir usuários desconhecidos até interconectar redes menores.

Em complementação ao fenômeno da atomização, Sifry se refere ao *internet free agent*, o qual caracteriza como quase um ativista por acaso,

alguém que possui paixão por uma questão e facilidade com as mídias sociais, além de bom *timing* e um pouco de sorte, que permitiu reunir milhares de pessoas, que partilham ideias similares em torno de uma causa comum. (SIFRY, 2014, p.137)²¹

A especialização funcional das redes sociais de maior destaque no contexto brasileiro atual

²¹Em tradução livre. Fragmento original "someone whose passion for an issue and facility with social media, plus good timing and a little luck, enabled him to gather thousands of like-minded people around a common cause"

Frente à impossibilidade de discutir todas as redes sociais em funcionamento no momento, traçamos um recorte daquelas de maior adesão no atual contexto brasileiro. Quanto ao ponto, concordamos com a proposta de especialização funcional elaborada por Lima Junior (2014). Nesta, caberia a cada formato uma específica característica de agregação de membros e difusão de conteúdos.

De maneira geral, cabe ao Facebook papéis relacionados à formação identitária e compartilhamento. Relega-se a este serviço o “papel de formar grupos, estabelecer alianças intersubjetivas flexíveis e circular o compartilhamento de conteúdos, signos cognitivos e pautas reivindicatórias” (LIMA JUNIOR, 2014, p. 702). Nesta plataforma, primam a comoção e a formação identitária espelhada no outro. Os usuários cujo acesso é recorrente acabam por entrar em contato com as informações que compõem as pautas do dia, especialmente aquelas que se tornam virais; mesmo que seu objetivo principal, ao optar pelo uso desta rede seja a observação das vidas de seus conhecidos e o contato com os mesmos.

Para o ativismo, o Twitter serviria como ferramenta operacional. Por sua natureza de mensagens curtas, acaba por ir diretamente ao ponto fundamental da mensagem; sendo assim, atenderia funções relacionadas à logística dos protestos: “marcação de horários, locais, datas e demais detalhes da organização das ações políticas nos espaços públicos que já haveriam sido concebidas e propostas no Facebook.”(ibid.)

As referidas redes sociais se interpenetram, em uma construção colaborativa da mensagem. Esta é constituída por textos e também pelos elementos audiovisuais, majoritariamente vídeos e fotografias, ficando “a cargo do Youtube e de sites fotográficos ligados ao Twitter (Yfrog, Flickr e

Twitpic) a atribuição de providenciar e distribuir as evidências instantâneas das ações políticas e das ocorrências em torno destas ações, enquanto são realizadas.”(ibid.)

Considerações sobre o capítulo

Das variadas formas de atuação (elencadas na tipologia), concordamos com McCaughney & Ayers, ao sugerirem que práticas antes relegadas a grupos e movimentos sociais localizados, agora apelam à novas parcelas da população, por estarem ativamente presentes no cotidiano. “[Isso] transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático²², identidade coletiva e estratégia política, implicando uma mudança nas formas de ação social” (2003, p.35).

Entendemos que, por mais que estejam bem intencionados, os ativistas de sofá não estão factualmente gerando mudanças. Quando as ações que se limitavam apenas à ambientação online foram demonstrando ineficiência para chegar a resultados, os net-ativistas vem lentamente constatando que fazer política vai além da expressão de insatisfações e emoções. Isso reafirma a necessidade de ações no sentido de continuidade entre online e off-line, com maior engajamento e investimento de longo prazo.

Entendemos que há um ganho social quando há maior número de pessoas dispostas a exercer pressão política e, nesse ponto, a internet demonstra efetividade (visibilidade e disseminação). Contudo, dentre a grande

²² Concordamos parcialmente com as possibilidades democráticas dos processos iniciados na internet. Estas são expressivas apenas na condição de haver trocas entre indivíduos para além dos nichos de conhecidos e interesses comuns. É necessário o confronto de opiniões com demais sujeitos, portanto, em páginas de acesso irrestrito.

quantidade de informação que circula, poucas são legítimas, requerendo um certo cuidado para não entrar em debates inócuos ou acreditar em falsas notícias; um segundo ponto problemático seria a dissipação do interesse coletivo em curto período.

Sifry (2014) faz a ressalva de que embora seja mais fácil encontrar pessoas, a comunicação nem sempre consegue se transformar em algo além do mero contato. Vemo-nos confrontados, pois, com uma oposição: a existência de uma ferramenta com grande potencial e usos que não vêm desempenhando factualmente um papel deliberativo. Um ativismo prático pressupõe a compreensão adequada do contexto social e dos possíveis ganhos. Segundo Morozov (2011) somente a longo prazo as oportunidades de mobilização do ativismo digital começariam a influenciar as estruturas e processos políticos de uma determinada sociedade.

CAPÍTULO 2

A arquitetura digital da mobilização política: Das redes às ruas

No formato do ativismo de ruas há as chamadas online, mas a ação significativa ocorre no espaço público. A junção de indivíduos que partilham propósitos similares altera dinâmicas urbanas, ao ocuparem espaços simbólicos da cidade, ainda que temporariamente, para realizar passeatas, atos performáticos, ocupações e protestos sentado (*sit-ins*). As práticas utilizadas nas mobilizações de rua ativam territorialidades.

Há aqui uma clara interseção da geografia com a política, uma vez que esta não pode prescindir dos espaços públicos [...] que não são apenas espaços da publicidade, ou seja, da possibilidade de ver e ser visto, mas o espaço da *pólis*, fundado pelas normas que regulam a convivência entre pessoas diferentes em um dado espaço físico tornado território. (CASTRO, 2009, p.141)

Quando surgem eventos de grande magnitude, há muita visibilidade e um aparente despertar para esse aspecto da vida social. Importa ressaltar que as manifestações se apropriam simbolicamente dos espaços públicos. Os ativistas não compartilhavam apenas o espaço mas também estabeleciam demarcações territoriais dentro das arenas de protesto, que, no caso, eram as ruas. Quando, em contrapartida, o Estado, pelo uso de diversas estratégias, inclusive a via violenta, busca restituir a ordem, torna-se possível observar como o poder vem a ser projetado sobre os referidos espaços.

Há um grande interesse em torno desta forma de ativismo, que vem ocorrendo mundialmente. Castells (2013) aponta que o povo atua voltado ao descontentamento com o encaminhamento das questões sociais, em que a cidadania é restringida, a participação política do cidadão comum é pífia e as condições da vida cotidiana estão abaixo das expectativas para o todo social.

O diferencial em relação aos outros modos, discutidos no capítulo 1 e que situam majoritariamente suas práticas no online, é que este efetivamente deve ir além da escala da atuação online para se consolidar. O ciclo de protestos vivido no Brasil foi antecedido por uma série de eventos em escala mundial, com efeitos demonstrativos. A discussão da relação estabelecida entre redes sociais online e protestos urbanos tem despertado um forte interesse de diversos segmentos sociais, inclusive sendo interesse amplo de pesquisas.

Há uma impossibilidade em trabalhar detalhadamente os pormenores de cada caso; portanto, optamos pelo enfoque no interesse principal da pesquisa, as chamadas e as articulações realizadas no online e a correlação com a ocupação de espaços urbanos. Optamos por articular pontos comuns que apareceram em casos, ao invés de detalhar os ocorridos. Uma segunda escolha neste momento da pesquisa foi trabalhar conjuntamente os pontos de alicerce teórico com exemplos empíricos.

As formas de atuação nas ruas – panorama generalizador

No ano de 2011²³, um fenômeno teve início e vem se estendendo mundialmente até os dias atuais. As manifestações da segunda década dos anos 2000 são reconhecidas como movimentos com grande poder de convocatória. Mesmo que em seu auge tenham pretensões de ocasionar transformações estruturais, elas eclodem e arrefecem sem seguir um padrão causal de seus possíveis efeitos de transformação social.

²³No ano de 2011 houve levantes populares (dotados das características sobre as quais voltamos nossos enfoques) no Egito, Espanha e Turquia. Apesar do Irã ter tido o Movimento Verde em 2009, optamos por definir o recorte no ano de 2011, uma vez que entendemos que foi quando tal fenômeno ganhou maior destaque em âmbito mundial.

Em diversos países, a população, insatisfeita com variadas condutas políticas, saiu às ruas pela reivindicação de direitos individuais e coletivos. A constituição dos protestos ocorre no confronto e no desvirtuamento da ordem pública. Conforme Montes (2013) menciona, há uma estética da violência, contrária aos símbolos tradicionais Estes não são apenas elementos da cidade dotados de simbolismo, mas também organizações, empresas e instituições políticas.

O elemento novo é a forma de articulação sobre a qual estas iniciativas se estabeleceram, utilizando as redes da internet como ferramenta associativa. Elas partem de um novo modelo de gestão, cuja interlocução está pautada em redes, dentre as quais às online. Outro aspecto comum é a exclusão de figuras de líderes e representantes. Metodologicamente, é importante pensar estes atos de protesto não como eventos singulares, mas como um processo em que surgiram novos atores sociais e novas formas de agir coletivamente. Mídias sociais são usadas, então, como divulgadoras, catalisadoras de engajamento e coordenadoras de ações:

E quanto mais os sujeitos estão juntos e imersos em um acontecimento de rua mais intenso e emocional fica o compartilhamento das informações na internet. A narrativa se multiplica e se alarga nas redes sociais. A conversação se torna mais duradoura povoando uma cartografia de controvérsias. (MALINI, 2013, p.176)

A lógica de construção hipertextual da mensagem e o formato de redes horizontais vêm contribuindo para o estabelecimento de movimentos autônomos, que não possuem o amparo tradicional de sindicatos ou partidos. Busca-se ruptura com padrões tradicionais. Tais movimentos foram também efêmeros, com duração limitada e muitos possuíram ambições de transformar estruturas sociais. Eles “têm objeção ao principio da democracia representativa [...] e não reconhecem sua legitimidade.” (CASTELLS, 2013,

p.172). Outra característica seria a contribuição no afloramento dos afetos, disseminando coletivamente as insatisfações pessoais.

Como exemplos deste formato de manifestações, enumeramos ocorridos em diversos países: na Tunísia, em 2010, retratou-se o descontentamento da população com o governo. No ano de 2011, houve a eclosão da Primavera Árabe. No Egito, reivindicou-se melhoria na qualidade de vida da população e mudanças na forma de governo; na Líbia houve protestos clamando por democracia, direitos humanos e pela queda do governo; na Síria, lutou-se pelas mesmas questões. Também no ano de 2011 ganharam força os *sit-ins*²⁴ do movimento Occupy, motivado pela concentração de renda nos Estados Unidos. O protesto via ocupação de espaços públicos ocorreu em Wall Street e se difundiu em várias partes do mundo, como modelo de reivindicação. Em 2013, na Turquia, as lutas eram pelo direito de uso do espaço público (Manutenção do Parque Gezi), por direitos humanos e contra o governo; no Brasil, em 2013, a revolta foi motivada pelo aumento da tarifa nos transportes públicos.²⁵

Nos Estados democráticos, entende-se que a militância de rua representa anseios por uma sociedade mais igualitária. Em contraposição, nos países sob regimes ditatoriais, os horizontes dos protestos de rua, de maneira geral, eram lutas por justiça social e pela possibilidade de exercer a democracia.

Nestes protestos, as redes sociais desempenharam o papel de canais de convocação. A transmissão de imagens fílmicas captadas por dispositivos móveis dos próprios integrantes dos protestos pôde emitir informações, em

²⁴Uma manifestação de protesto organizado em que os participantes sentam-se em um determinado local e recusam-se a sair.

²⁵No Quadro 1: Espaço, articulação online e resposta há mais informações sobre eventos de protestos no mundo, considerando aspectos do uso do espaço público, efetividade e formas de articulação.

tempo real, para os que não estavam presentes no ato. De maneira remota, atores sociais interessados no ocorrido estiveram presentes antes, durante e depois do ato de manifestação; respectivamente, na convocação, na transmissão pela rede e no debate que se seguiu. Lemos afirma que este formato comunicativo representa uma ferramenta de suporte e visa aumentar o alcance da mensagem, "utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações." (apud DI FELICE, 2008, p. 35)

Quando a conquista do espaço urbano conforma um meio para um fim, a cidade acaba sendo utilizada como ferramenta para sua própria retomada. E isto foi feito pela ocupação dos espaços públicos:

A rua, talvez, seja o único lugar onde o ócio, a simples observação, a ação inespecífica se confundem com um comportamento funcional sem que nenhum deles se veja obrigado a declarar sua intenção. Basta estar lá; isso é uma imediata legitimidade. (GOMES, P., 2012, p.27)

Os atos são a construção de narrativas no espaço público. A ocupação do espaço urbano por *sit ins* ou passeatas tem reforçado a importância da componente da visibilidade. Sob a perspectiva de que os movimentos não são um todo homogêneo, cada um busca favorecer a luta que tem em seu horizonte. A rua tem servido como "lócus de exercício da política, através do encontro e da aglomeração de pequenas ou grandes multidões para algum tipo de performance pública (NAME, 2012, p.201). Os espaços públicos compreendem locais específicos para exercício prático e cotidiano da publicidade. Seguimos com as proposições de Gomes (2012):

Os espaços públicos são, nesse sentido, lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e inscrição dos conflitos sociais. (GOMES, P., 2012, p.24)

Acreditamos que a transposição da internet como um espaço público não se adequa plenamente, por ser destituído da corporeidade e do encontro presencial. Contudo, há autores que interpretam o espaço virtual como uma outra forma de expressão do espaço público, sendo, dessa forma, uma releitura do conceito, adequando-o ao argumento que se pretende fazer. A argumentação em favor do online como espaço público está, em grande parte, embasada na correspondência de uma mesma característica nos dois pontos de observação e “não deixa de ser a expressão de uma mesma realidade através do ciberespaço **simbolizando** o físico.”²⁶ (JIMENEZ Y PLATAS, 2013, p.97). Todavia, pensamos que há uma enorme distância entre simbolizar condutas e, efetivamente, vivenciar práticas sociais.

Optamos por traçar um paralelo no qual o online seria entendido como um fórum que estende a temporalidade do ativismo por suas características intrínsecas, como a permanência e reaccessibilidade de conteúdo, tal como Boyd (2007) ressaltou. É também favorável para pontos como visibilidade, debate e trocas.

Pensar um espaço público, na perspectiva dos autores que acreditam na plena transposição e correspondência de um espaço público online, resultaria em diversas lacunas, no momento atual. Em uma projeção otimista, a internet poderia se estabelecer como um espaço de popularização do agir político cotidiano, ao combinar temas políticos e aqueles da vida comum.

²⁶Tradução livre do fragmento “no deja de ser la expresión de la misma realidad a través del ciberespacio simbolizando lo físico.”

Quadro 1: Espaço, articulação online e resposta.

	ESPAÇO PÚBLICO	EFETIVIDADE	ARTICULAÇÃO ONLINE
TUNÍSIA (2010)	Ato de autoimolação feito pelo ambulante Mohamed Bouazizi Ocupação da praça do Gouvernement	Deposição de Ben Ali	“A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade [...] renunciando os movimentos que surgiram em outros países” (Castells, 2013, p.25)
EGITO (2011)	Ocupação da praça Tahir	Fim do regime de Mubarak	Chamadas via Facebook Grupo “Somos todos Khaled Said” “O vlog que ajudou a desencadear a revolução” Intenso tráfego no Twitter Compartilhamento de vídeos via YouTube
LÍBIA (2011)	Violenta guerra civil	Queda de Muamar Kadafi	Compartilhamento em tempo real
15M INDIGNADOS ESPANHA (2011)	Ocupação simbólica dos espaços como forma de buscar visibilidade para o movimento e suas demandas.	Visibilidade mundial Criação do partido Podemos, elegendo representantes na esfera municipal em 2015.	Convocações via Facebook Plataforma ‘Democracia Real Ya’. Organização e debate em rede, uso de novas tecnologias para expor informações sobre os ocorridos
OCCUPY (2011)	Wall Street (Estados Unidos) foi o primeiro. O formato foi repetido mundialmente	Visibilidade dos problemas ocasionados pela concentração de renda e discussão de seus efeitos sociais. Consolidação de um modelo de protesto.	“Utilizaram redes sociais, como o Facebook e Twitter como convocatória e canal de disseminação, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social. Moveon.com

No que diz respeito às justificativas, atribuem-se muitas para os levantes populares. A literatura consultada menciona diversas vezes a insatisfação com a governança e apresenta indícios de uma crise de representação política. Outras incluem a falta de um envolvimento ativo do cidadão, remetendo ao uso do conceito "cultura política"²⁷.

Wilson Gomes (2005) enumera uma série de pontos considerados problemáticos no cenário da democracia vigente que poderiam ser entendidos como ignição para os levantes populares. Dentre eles estão a descrença na solução pelas vias institucionais existentes, resultando em eleitores apáticos; a ausência da participação cidadã em negócios públicos; o desinteresse pelos acontecimentos; a informação excessivamente dependente dos meios de massa; a desconexão entre sociedade política e esfera civil; a ausência do sentido de soberania popular; a desconfiança generalizada sobre os representantes.

Ainda no diagnóstico situacional, o autor afirma que, de maneira geral, a sociedade possui baixo interesse no funcionamento das dinâmicas da política, das possibilidades de interferir em seu funcionamento, além da falta de informações sobre o estado da coisa pública.

A emissão de informações *in loco*

²⁷ Ainda no horizonte da cultura política, são indicados frequentemente como déficits fundamentais uma generalizada falta de conhecimento e de interesse políticos. Primeiro, faltaria à esfera civil o conhecimento ou uma visão acurada da vida pública, um repertório suficientemente provido de informações sobre processos e conteúdos que orientam o funcionamento da sociedade política, bem como sobre o estado das coisas e das circunstâncias concretas que constituem as conjunturas políticas. (GOMES, W., 2005, p.5)

A partir dos atos de manifestação, novas formas de disseminação de mensagens foram empregadas. Neste contexto, surgem distintos tipos de atuação, a exemplo, o jornalismo amador. Entende-se que este se faz a partir de narrativas do ponto de vista do emissor, situado no acontecimento. Os relatos são permeados por afetos, em pontos de vista voltados para denúncias, opiniões e mensagens, com fortes características de expressão pessoal. Haveria hoje há um alargamento dos canais de narrativas.

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, especialmente as que estão atreladas à mobilidade, amplificam a possibilidade de observar o andamento do debate nas redes, em uma temporalidade diferenciada. Tkacheva (2013) afirma que a internet possui potencial de promover e reforçar identidades comuns entre os usuários de mídias sociais, reduzindo a dependência de veículos tradicionais para tornar seus propósitos públicos. Parte importante da sociabilidade virtual é o arranjo em volta de interesses comuns.

Sifry (2014) argumenta contra o jornalismo realizado por veículos tradicionais, afirmando que estes não possuem permeabilidade suficiente para o cidadão comum; estariam, portanto, demasiadamente afastados. O autor também menciona que difundir informação via web possui custos mais baixos, representando uma vantagem.

A cobertura colaborativa nas redes sociais tem sua genealogia quando mostra um fato em formato diferenciado do que é veiculado na imprensa em alternativa ao jornalismo profissional. Realiza-se o engajamento coletivo entre perfis nas redes sociais ou demais plataformas, nas quais são enviados materiais escritos, fotográficos e audiovisuais, além da transmissão via *streaming*. A partir da morfologia de rede, as mensagens são replicadas.

Aos entusiastas desta modalidade, há uma forte ideia de que uma sólida transformação está em curso. Nesta se produziria uma opinião pública capaz de ultrapassar opiniões unilaterais dos veículos tradicionais da mídia. (MALINI, 2013; DI FELICE, 2008, 2012; REYS, FELIZI & BORBA, 2014)

Todavia, há críticas ao novo formato, que, por vezes, crê que a informação não trabalhada e emitida diretamente do local de manifestação seria neutra, quando também está permeada pelas escolhas daquele narrador, desde seu posicionamento espacial até as escolhas de pontos de vista enfocados ou falas que sobrepõem a imagem. A crítica vista nos processos e direcionada aos tradicionais veículos de mídia também caberia, em certo ponto, como autocrítica.

Considerações gerais sobre o fenômeno

A possibilidade de retorno imediato para múltiplos receptores ou mesmo a emissão da mensagem a ninguém em particular trouxe aspectos ligados à comunicação que evocam novas presenças e temporalidades. A difusão deste novo elemento fez com que muitos grupos tivessem a possibilidade de aumentar a repercussão de suas pautas, desde coletivos que já atuam off-line, há longa data, até grupos que supuseram que o agir político estaria embutido em um formato embasado em *tuítes*, curtidas e compartilhamentos.

Há situações em que existe o interesse pelo ativismo, mas não há uma ferramenta capaz de transpor as restrições do contexto sócio espacial em que os agentes estão inseridos. Atores sociais engajados podem estar passando por uma série de restrições, o que acaba por inibir ou minar atividades.

Constituem exemplos possíveis estar situado sob a vigência de um regime não democrático com configurações técnicas ancoradas em intranets; grupos que, ao passarem a agir na web tem sua comunicação constantemente vigiada e monitorada; ou, ainda, a vigilância que ocorre no off-line, podendo representar ameaças ao corpo físico.

Estas formas de vigilância e controle puderam ser vistas durante processo de destituição de Mubarak no Egito. Durante a Revolução Egípcia, em 2011, o Estado buscou tentativas de corte à comunicação, por intermédio de ações como: bloqueios de sites de redes sociais; censura da mídia tradicional que reportava os ocorridos; interrupção à rede Blackberry e ordenamento aos quatro grandes provedores de serviço (Link Egypt, Vodafone/Raya, Telecom Egypt e Etsalat Misr) que impedissem o acesso a seus roteadores. Tais medidas foram contornadas pela ajuda prestada por demais grupos ativistas, que apoiavam os esforços das ações realizadas pelos manifestantes.

Bloqueios à internet costumam ser vistos mundialmente como fator de instabilidade política para os países. Dentre o insucesso deste caso não há somente perdas econômicas mas também a ineficácia na tentativa de conter o movimento.

Pode-se dizer que os Estados empreendem tentativas de controle sobre a internet similarmente ao que se observa, por exemplo, com a mídia tradicional televisiva e impressa. Contudo, quando esta é censurada, a comunicação online possui o potencial de trazer informações que são atenuados pela imprensa local ou que meramente não são relatadas. Em uma breve ressalva, a comunicação possível, nesse caso, é aquela que consegue transpor as barreiras da censura. Isso pode ocorrer pela adoção de ferramentas como a criptografia ou redirecionamento da mensagem a outros servidores. Estas formas de atuação são empregadas também na condição de ativismo e

vêm representando um forte papel em situações em que a informação assume aspectos políticos que caminham na contramão de valores instituídos.

Os governos que veem na internet uma ameaça à sua soberania, constantemente intervêm no ciberespaço, tentando impor controle sobre o online. Sendo assim, “o potencial revolucionário da internet só pode ser subjugado por controle e vigilância permanentes, como a China tenta fazer no cotidiano (CASTELLS, 2013, p.57).

Considerando que a temporalidade de uma ação é duradoura somente até certo ponto, pensamos que os movimentos, de maneira geral, não buscaram estabelecer uma agenda de ação a longo prazo, desperdiçando o ápice de visibilidade. Se partirmos do ponto de que “práticas experientes online compreendem a melhor forma de transformar momentos em movimentos²⁸” (SIFRY, 2014, p.23), é possível afirmar que grande parte dos participantes de movimentos teriam sido inexperientes no sentido de tirar o melhor proveito da situação de evidência em que se encontravam. Observamos que um dos grande entraves para o avanço das agendas das ruas são causado pela condição de serem ações pontuais em vez de processuais.

²⁸Tradução livre do fragmento “Savvy online politicking means understanding how to convert moments into movements”

2.1 ESTUDO DE CASO

Iniciativas de movimentos populares no Brasil: as Jornadas de junho

O mês de junho de 2013 consolidou o início de um ciclo de protestos que ocuparam os espaços públicos para reivindicações sociais e políticas. Este momento foi considerado uma novidade para as lutas urbanas contemporâneas brasileiras, uma vez que há longa data não se viam mobilizações de tamanha magnitude. Quando os protestos eclodiram, houve um efeito de grande surpresa para diversos entes sociais.

Os protestos iniciaram motivados pela ausência de direitos individuais e coletivos, denotando insatisfações. “As manifestações assumiram o caráter de uma agenda coletiva de demandas.” (BARREIRA, 2014, p.148). A princípio parecia haver uma pauta unificadora pela reivindicação relacionada ao transporte público, contudo, após o momento inicial, ela foi se diluindo. Nos eventos subsequentes, uma multiplicidade de demandas foram surgindo nas ruas, denotadas por símbolos como cartazes, máscaras, gritos de frases específicas e adoção de cores e símbolos.

Nossa preocupação principal reside em destacar a articulação entre redes de internet e atos de rua, buscando compreender o alcance e influência destas ações. Sabemos que trabalhar o tema das manifestações de junho de 2013 pressupõe um recorte, uma vez que para abarcar sua complexidade seria necessário que nos voltássemos a diversos pormenores dos ocorridos. Dentre os possíveis enfoques, voltamo-nos, portanto, para dois principais pontos na descrição e discussão dos protestos brasileiros: a retomada do espaço público

como local privilegiado para os atos – que compreende novas formas de convocação e atuação de atores sociais, e a extensão ao online.

A prevalência de exemplos situados em São Paulo ocorreu em função do enfoque direcionado pela literatura consultada. Todavia, buscamos incluir demais cidades, uma vez que se tratou de um movimento nacional. Há um problema metodológico de impossibilidade de abordar detalhadamente cada cidade em que houve protestos, tal esforço requer em enfoque especial para uma pesquisa majoritariamente descritiva. Como buscamos articular pontos em uma construção de um outro viés, entendemos que tal esforço nos desviaria do propósito principal da pesquisa.

Convém ressaltar um elemento que diferencia as Jornadas de Junho de demais manifestações de grande porte²⁹ que as antecederam. Durante os protestos, a ação ocorria simultaneamente nas ruas e nas redes em um ciclo de correspondência.

As mobilizações brasileiras anteriores se assemelham às jornadas de junho em alguns aspectos, especialmente quanto à morfologia de grande porte e adesão massiva. Todavia, ao compararmos estes exemplos, vemos pontos de grande diferença: havia metas e focos muito claros naqueles protestos (Diretas já e Fora Collor), enquanto junho apresentou uma série de pautas fluídas.

O espanto inicial ocorreu tanto entre aqueles que apoiavam as pautas como aos que se opunham a elas. Credita-se tal estranheza ao longo hiato desde os últimos levantes populares no país. “O episódio significou a retomada da mobilização social como forma de pressão sobre governos, revelando a capacidade de articulação da sociedade em torno de novas

²⁹ Constituem exemplos de grandes marchas Diretas Já e os protestos pelo Impeachment de Fernando Collor.

demandas e a incapacidade dos governos de atendê-las.” (PINHO, RAUPP, 2014, p.242) O descrédito na resolução pela via institucional também pode ser interpretada como motivação para que se busquem outras soluções.

De acordo com a teoria do confronto político³⁰, o que explica a emergência de mobilizações, de modo geral, é o ambiente político. Isto é, situações nas quais surgem grandes protestos são aquelas em que há mais incentivos para as pessoas irem para as ruas expressarem seus pleitos do que usarem as instituições políticas regulares. (ALONSO, 2015, conferência oral)

As reivindicações começaram pela pauta ampla da mobilidade urbana. O anúncio do aumento da tarifa em R\$ 0,20 deslocou o foco das ações para lutas pela contenção do aumento de tarifas. Mobilizações pela melhoria do provimento do transporte urbano vinham ocorrendo desde maio em cidades além do eixo das grandes metrópoles do Sudeste, a exemplo de Goiânia. Reys (2014) descreve o início dos movimentos em São Paulo atribuindo-os aos atos do Movimento Passe Livre, na célula MPL-SP.

Teria sido, portanto, “um ato na frente do Teatro Municipal contra o aumento de R\$3,00 para R\$3,20, pretendido pelo prefeito Fernando Haddad e empresários.”(p.34). Este ato, embora tenha tido uma quantidade de manifestantes na casa de milhares, foi “reprimido pela Polícia militar do Estado de São Paulo com o uso de bomba de gás e balas de borracha contra a população.”(ibid.) Credita-se a solidarização em relação à violência da contenção destes primeiros grandes atos urbanos como o elemento catalizador, que ocasionou adesão à causa ao longo do país.

Na semana seguinte (dos dias 6 ao 13) foram organizados novos atos contra o aumento, com cada número crescente de adeptos. Catalisando novas

³⁰ Com base em Sidney Tarrow.

mobilizações dentro e fora de São Paulo, na internet, com fortes repercussões midiáticas.

As primeiras coberturas sobre os fatos ocorridos em São Paulo voltaram seus olhares aos aspectos de alteração das dinâmicas urbanas. Em manchetes como “Retomar a Paulista” ou “Chegou a hora do basta”³¹ encontramos passagens como “a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável” ou, ainda, descrições que caracterizavam os participantes dos protestos como “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.” (apud REYS, p.48).

Após manifestações pontuais e locais em cidades brasileiras, houve “Uma espécie de efeito demonstração fez com que protestos aparentemente localizados se difundissem a outros espaços citadinos, adquirindo a condição de um fenômeno em cadeia” (BARREIRA, 2014, p.147). Junto às questões locais, passaram a ser contempladas as pautas das cidades médias, metrópoles regionais e metrópoles nacionais, e o movimento chegou ao auge: “Na quinta, 20, a onda atinge o ponto máximo, com demonstrações em mais de 100 cidades, algumas delas gigantescas, alcançando, no conjunto, cerca de 1,5 milhão de participantes.” (SINGER, 2013, p.26).

A postura dos editoriais foi mudando à medida que as manifestações perduraram, contrariando a ideia inicial de que se tratava de um único levante. Tanto Montes (2014) como Reys (2014) sinalizam tentativas de aproximação, mudanças nos discursos dos veículos de comunicação e crescente interesse, que motivou o envio de jornalistas a campo para a realização da cobertura dos corridos.

³¹Ambos editoriais estão em anexo.

Dentre as medidas empreendidas para contenção dos atos houve dissipação de multidões com o uso de gás lacrimogêneo detenções por porte de vinagre (usado para proteção de olhos e vias respiratórias), disparos de balas de borracha e confronto direto entre as forças policiais e grupos de manifestantes. Quanto maiores foram as dimensões dos atos, maiores eram o recrudescimento e a repressão.

Neste momento de aglutinação de pautas e mudança de escala do fenômeno, as principais motivações estavam relacionadas ao modelo de gestão. As críticas exibidas nos cartazes dos manifestantes mostravam: insatisfação com desvio de verbas públicas, com a corrupção, com recursos públicos dirigidos para eventos esportivos considerados desnecessários; descontentamento com a postura da grande mídia e com a escassa possibilidade de participação popular na agenda da governança; protestos contra a copa do mundo, dentre outros; demandas nas áreas de saúde, educação e infraestrutura.

Singer (2013) define que os acontecimentos de junho podem ser divididos em três etapas, cada uma tendo duração aproximada de uma semana. Com base na descrição do autor, buscamos sintetizar os ocorridos destas fases, partindo dos atores sociais, cidades principais e objetivos tanto os atingíveis quanto os mais imprecisos. O objetivo da elaboração dessa divisão temporal é realizar um panorama descritivo, uma vez que alguns dos pontos destacados pelo autor – a exemplo, a espontaneidade da inclusão de alguns atores sociais, denotam um certo encantamento com o ocorrido.

Quadro 2: Três etapas das manifestações de junho

	PRIMEIRA ETAPA	SEGUNDA ETAPA	TERCEIRA ETAPA
DIAS (Junho 2013)	6, 10, 11 e 13	17, 18, 19 e 20	21 até o final do mês
ATORES SOCIAIS	Fração pequena, embora valorosa, da classe média	“Conservaram-se os atores sociais do momento anterior. Outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena” (Singer, 2013, p.24)	Arrefecimento do grande número de manifestantes. Setorização e partidos nas manifestações
CIDADE PRINCIPAL	São Paulo	Envolvimento generalizado, apesar da maior visibilidade das metrópoles na cobertura da mídia	São Paulo Belo Horizonte Rio de Janeiro
OBJETIVO	Redução do preço das passagens do transporte público	Descontentamento generalizado e grande número de pautas	Descontentamento generalizado e grande número de pautas Novos atores em cena trazem novas demandas
OUTRAS CARACTERISTICAS		Multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas (Singer, 2013, p.25)	As manifestações começam a se dividir e arrefecer

Os movimentos se definiam pela alegação de serem destituídos de uma figura de liderança, sendo assim essencialmente descentralizados e autorrepresentados. Eram também heterogêneos e buscavam propósitos distintos. Conforme Melucci (2001) destaca, a representação dos movimentos tende a ser vista “como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados”(2001, p.29) cuja definição e constituição são complexas.

Utilizamo-nos da proposta interpretativa de Alonso (2015), engloba três principais grupos, definindo-os a partir dos repertórios adotados para a expressão de seus propósitos. Desse modo “os agentes atribuíram o sentido às formas, que podem ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem.” (ALONSO, 2009, p.58) No caso estudado, primou a contestação da ordem estabelecida.

Trabalhamos aqui com a conceituação de repertório de Tilly, que o define como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p.26). Nas jornadas de junho, tais atores sociais se agruparam a partir de suas características e interesses comuns, construíram seus símbolos, suas afinidades e divergências em relação aos demais atores sociais. Salientamos que apesar da classificação e agrupamento, havia também demais participantes que não se encaixavam nos perfis definidos. Dentre os grupos que foram aos encontros para manifestar havia também pessoas curiosas com o processo, que foram observar, mas não necessariamente reivindicar algo.

Imagem 2: Manifestante dotado de símbolos de múltiplos repertórios



Créditos da imagem: Raphael Tsavkko Garcia³²

Com base nas categorias criadas por Alonso (2015) optamos por distinguir três principais grupos presentes nas manifestações de ruas brasileiras. Adotamos, desta forma, os nomes designativos empregados pela autora.

O primeiro repertório foi o socialista. Este grupo foi minoritário e tardio, chegando aos protestos de junho apenas em sua terceira etapa. Utilizam símbolos como a cor vermelha e os tradicionais carros de som de passeatas de movimentos operários e partidos socialistas de décadas anteriores. Estão associados a partidos, têm organização hierárquica e uma liderança centralizada, possuem oradores especificamente designados para

³² <https://www.flickr.com/photos/48788736@N03/albums>

esta função. Afastados da articulação com o governo que tinham em momentos prévios, este grupo buscou nas ruas a visibilidade e exposição de suas pautas.

O segundo repertório que destacamos é o autonomista, que pode ser considerado, do ponto de vista expressivo, a grande novidade de junho. Este grupo engloba os jovens que já possuíam engajamento político prévio ou interesse por alguma forma de ativismo.

Suas formas de atuação tinham uma forte componente performática, com “jograis” no início e no encerramento dos atos, atuações com instrumentos musicais, a exemplo as fanfarras do M.A.L.³³ Deste modo, certificavam-se oralmente da mensagem a ser passada em cada manifestação.

Listamos demais coletivos brasileiros, que seguem similares lógicas de atuação. São estes: Levante popular da juventude, Marcha da maconha, Frente independente popular, Ocupe Estelita, Marcha das vadias, Território livre, Massa crítica, Reaja ou será morto(a), Mães de maio e Rede dois de outubro.

É na classificação dos movimentos autonomistas que encontramos a resistência violenta à repressão policial e o uso da tática *black bloc*. Este grupo apresenta rejeição ao Estado, em uma releitura de símbolos do anarquismo. A estética se apropria da cor preta, máscaras, cobertura do rosto. Há, portanto, uma distinção dentro da classificação autonomista, pois grupos com vertentes performáticas ou culturais não se apropriavam tão fortemente das vestimentas pretas, tampouco cobriam seus rostos, o que faz com que sua identificação coletiva não seja imediata.

Os grupos que adotam a tática *black bloc* apareceram no Brasil pela primeira vez e com ampla visibilidade nas manifestações de junho de 2013. Contudo, os símbolos e táticas de atuação dialogam com um repertório

³³Movimento autonomo libertário.

previamente existente. Esteticamente é possível observar uma relação com os símbolos tradicionalmente encontrados no anarquismo; já as táticas de confronto remetem aos protestos antiglobalização ocorridos em Seattle em 1999, relidos no movimento Occupy Wall Street, em 2011. Todavia, a correspondência entre símbolos e ações, encontradas em repertórios preexistentes não é completamente possível, visto que as demandas sempre estabelecem relações com os problemas vividos localmente.

Diferentemente dos demais grupamentos do repertório autonomista, os black blocs não conformam um grupo coeso, aliás, sequer apresentam suas identidades. Isso traz uma série de problemas que vão desde qualquer pessoa poder se afirmar como membro até a existência deste apenas como acessório de outras manifestações, sem força suficiente para articular seus próprios levantes.

O principal mote de atuação dos black blocs é o conflito violento. Iniciar o confronto com policiais e posteriormente reverter a narrativa é uma estratégia mundialmente empregada, visto que as condutas policiais, por si, já são temas controversos. Quando há a possibilidade de construir narrativas, a partir da filmagem *in loco*, a emissão passa a prescindir de mediadores, apresentando versões parciais dos ocorridos. A busca por visibilidade e simpatia aos grupamentos, e, conseqüentemente aos pleitos destes, pede por estratégias que tornem estas figuras afáveis.

Quanto a ocupação do espaço público, optam por lugares da cidade que não foram tradicionalmente usados em momentos anteriores para mobilização, tal como a Ponte Estaiada em São Paulo. Outro exemplo seria o Ocupa Cabral no Rio de Janeiro, que optou pelo bairro do Leblon, mesmo que os pontos tradicionais na cidade estejam situados no centro.

Como terceiro caso, trazemos o que foi convenicionado chamar de "repertório patriota". Os símbolos se relacionam com a estética das cores verde e amarelo, além da bandeira nacional, pintura facial, cantar o hino durante atos e slogans como "o gigante acordou".

A autora afirma que este grupo faz uma referência direta ao repertório das manifestações Fora Collor e Diretas já, em uma tentativa de releitura dos scripts mais tradicionais das manifestações de ruas brasileiras. Em relação ao espaço público, a preferência é pela ocupação de pontos tradicionais e já consolidados, a exemplo da Avenida Paulista, em São Paulo e Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro.

Embora sejam distintos em seus propósitos e modos de atuação, a partilha do espaço dos atos e da ideia de mudanças políticas visando melhorias sociais permitiu a construção coletiva das jornadas de junho "É o caráter vazado, sem semântica, do repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito."(ALONSO, 2009, p.78).

Os grupos que fizeram parte dos eventos de protesto não compartilharam apenas o espaço público, mas também o ato de ir à rua e a construção de uma mensagem de desconformidade com a governança. Na constituição dos grupos, especialmente aqueles que "saíram do Facebook", destituídos de uma trajetória de envolvimento prévio com o ativismo, os atos serviram à construção da identidade de grupo e da descoberta quem eram seus opostos.

Imagem 3: Setorização de um evento de protesto a partir da definição de grupos e suas respectivas pautas



Créditos: Foto original - Eduardo Lima³⁴ / Edição - autoria própria

Legenda: A cobertura verde em primeiro plano designa os manifestantes adeptos da tática black bloc. A cobertura vermelha em segundo plano designa os grupos de repertório socialista, identificados por suas bandeiras e cores. No canto inferior esquerdo há alguns jornalistas. Os demais participantes não foram marcados mas podemos definir que sejam grupos autonomistas – sem identificação particular de símbolos na imagem acima, e patriotas, reconhecidos pela cor amarela, em especial no canto superior direito.

³⁴ Encontrado em <http://www.comunistas.spruz.com/gfile/75r4!-!HEELMJ!-!rzor45!-!MFMSLPRM-NOON-HHJM-MEKP-EMDQGDGGSRRS!-!72y1nq/brasil-de-fato-manifestacao-professores-7-10-2013.gif/>

Envolvimentos entre atores sociais de junho

Trabalhamos as teorizações de *strong* e *weak ties*, segundo as quais os agentes podem criar entre si laços gradativos de envolvimento. Nossa preocupação prévia era observar como estas relações ocorriam dentro do ambiente online. Agora vamos observar como estas relações ocorrem em um ambiente off-line.

Nas Jornadas de junho, foi possível observar ativismo de laços fortes, tendo como exemplo coletivos organizados, e laços fracos, como a convocação via eventos em redes sociais. Contudo, um ativismo com pautas múltiplas e genéricas, convocado e embasado em *weak ties*, que se desfazem ao fim da marcha na rua, corre o risco de ter reivindicações diluídas. O investimento emocional e o comprometimento com a causa são vantagens que vêm com a criação de *strong ties*. Quando um coletivo que se utiliza do online como ferramenta pauta-se em contatos fortes, além da web, a militância não é somente pontual, assumindo caráter mais duradouro.

Tomemos o Movimento Passe Livre como exemplo de coletivo de *laços fortes*. Apesar de haver ganho projeção nacional com os ocorridos de 2013, o histórico de atuação e os protestos de rua datam desde 2003, dez anos³⁵ antes da eclosão das Jornadas de Junho. Sua articulação local contava com assembleias horizontais, nas quais se debatia a questão do transporte público urbano, à época, com tentativas de aprovação de projetos de lei favoráveis à mobilidade urbana estudantil. Este ponto foi sendo revisto e ampliado e o transporte foi entendido como uma questão central para o acesso à cidade. O movimento estava estruturado localmente em núcleos, em diversas cidades.

³⁵Para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecido como a Revolta do Buzu (MARICATO et al. 2013, p.14)

Dentro dessa estrutura, havia fácil comunicação entre células. A ideia era um afastamento dos modelos tradicionais em “outra maneira, ainda que embrionária de organização” (MARICATO et al., 2013, p.14)

Os integrantes de organizações, ao debaterem presencialmente suas questões, criam interações fortes, possuindo ou não uma estruturação hierarquizada. Estas, aliadas a um senso de identificação por uma mesma questão, contribuem para o agir coletivo. “Mas movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional.” (CASTELLS, 2013, p.159)

Considerações sobre o capítulo

Apesar da distinção criada pelas particularidades locais, é possível apontar características generalizadoras para as jornadas de junho. Entre elas, uma, em especial, sobressai: as redes online foram ferramentas importantes para a convocação e debate. Isso ocorreu, sucessivamente, desde a adesão inicial relacionada à grande violência policial até o fim deste ciclo de protestos brasileiro. (cujo arrefecimento situamos próximo às eleições de 2014).

Assim como em demais manifestações mundiais, a ferramenta do *streaming*, aliada ao compartilhamento em rede, trouxeram uma nova forma de transmissão diretamente alocada na rua. Acreditava-se que tal forma de cobertura mostraria detalhes omitidos por demais canais de notícias, o que ocorreu em parte mas também enfrentou seus dilemas intrínsecos.

Em relação à motivação, é possível afirmar, de forma generalizadora, que os atores sociais desejavam maior participação nas decisões políticas. Aqueles com organização prévia buscaram a inclusão de suas pautas na

agenda de políticas públicas. Em um primeiro momento, as pautas foram eminentemente urbanas, destacando o impacto da (i)mobilidade sobre o modelo metropolitano. De maneira geral se atestaram demonstrações de insatisfação com a gestão pública, que favorecia determinados segmentos da população em detrimento de outros.

Em um primeiro momento, o das manifestações sobre a tarifa, a reivindicação era evidente: impedir o aumento de vinte centavos, o que, factualmente, ocorreu. Passado esse primeiro momento, houve a sensação de que toda e qualquer demanda seria similarmente atendida, bastando que se mobilizasse número suficiente de manifestantes. Foi um momento de grande euforia e esperança, no qual se debateu uma possível mudança de rumos do país. Houve um grande debate dentro e fora das redes sociais sobre as possibilidades que elas podiam desempenhar na idealizada mudança, em uma fantasiosa ideia de que a internet teria um papel transformador singular nessa nova organização de protestos.

Entendemos que as Jornadas brasileiras de junho contaram com ferramentas do ativismo tradicional mas articularam também novos elementos

As "jornadas de junho"[...] podem ser entendidas como o reflexo de uma nova geração que se comunica cada vez mais rápido, sem hierarquias, sem mediações e de forma descentralizada. Ou seja, de uma geração que se apoia cada vez mais nas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Um dos grandes diferenciais dessas manifestações foi ter, de certa forma, transportado algumas dessas características para o ambiente *off-line*. A partir dessa perspectiva, as instituições formais existentes, tais como governos e suas instituições representativas, começam a ser questionadas. (FREIRE, STABILE, 2014, p.48)

CAPÍTULO 3

Iniciativas governamentais brasileiras de aproximação com a ambientação online: De marcos regulatórios à (idealizada) cidadania digital

Até este ponto do trabalho, temos trabalhado a perspectiva de que as pessoas buscam usar a internet como forma de interagir na política, buscando elaborar suas ações individualmente ou em grupo.

Assim como o povo vem utilizando a ferramenta da comunicação mediada pela rede para suas reivindicações, o governo também adentra o mundo online. Embora cada qual contenha seus respectivos problemas, a ideia central é observar a viabilidade de se estabelecer uma via de dupla correspondência: do povo para os governantes e dos governantes para o povo. Buscamos compreender, neste capítulo, os efeitos do uso da internet para uma cidadania e envolvimento ativos, considerando as dinâmicas atuais, que possuem a internet como respaldo.

Para tal finalidade, consideramos importante mencionar a conjuntura criada pelo ambiente de 2013, que foi, entre vários fatores, um caminho de pressão para a aprovação do Marco Civil. Também se torna necessário falar sobre as iniciativas de governo eletrônico e trabalhar dados estatísticos que, no contexto brasileiro, indicam perfis para os usuários da internet brasileira.

As iniciativas governamentais brasileiras vem se apropriando da web como canal de comunicação. De maneira geral, tem-se feito uso da internet como canal para a promulgação de posicionamentos, para variadas tentativas de interagir com seus eleitores e para a divulgação de medidas.

Contextualizando 2013: O posicionamento do governo federal em relação às manifestações de rua

Aturdidos pela eclosão dos protestos de grande porte, o governo federal optou, como postura oficial, pela abertura para o diálogo com os líderes e representantes dos grupos que participaram dos eventos. Levando em consideração que muitas pautas eram diretamente relacionadas aos governos locais – como exemplo “Fora Cabral”, no Rio de Janeiro –, convocaram-se os governadores e prefeitos para discutir posteriores medidas e rumos.

Em 24 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento³⁶ com propostas de uma constituinte exclusiva para reforma política e um plebiscito sobre o mesmo tema. Estas ideias não seguiram adiante, fato creditado à imobilidade proposital das estruturas políticas, que, no auge do levante popular, aparentaram estar em consonância com as reivindicações populares. Contudo, após o arrefecimento dos grandes levantes, retomaram-se as pautas pontuais.

No discurso em resposta aos levantes populares brasileiros, foram propostos cinco pactos: para a economia, haveria maior responsabilidade fiscal e controle à inflação; para a reforma política, haveria um plebiscito e uma assembleia constituinte específica; para a saúde, aceleração dos investimentos em UPAs e unidades básicas de saúde e em médicos estrangeiros, caso houvesse escassez de profissionais brasileiros; para a mobilidade urbana, destinação de verbas sem reforma do modelo ou qualquer imposição aos

³⁶Discurso em anexo -<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>

gestores dos serviços; finalmente, para a educação, novamente se propôs a injeção de dinheiro, desta vez, vindo dos royalties do petróleo.

Governadores e prefeitos, responsáveis pela administração pública e diretamente ligados às questões urbanas pelas quais o povo pedia mudanças, seguiram similar conduta. Aludiram aos fatos ocorridos de forma pontual, porém sem comprometimento com a mobilização de estruturas, limitando-se a agir em pautas secundárias.

No entanto, o descontentamento dos manifestantes nem sempre foi dirigido ao responsável pela respectiva competência, diminuindo a possibilidade de solução pela via institucional.

O aumento do acesso à internet no Brasil

A análise dos dados relacionados ao consumo e à compra de aparelhos de acesso à internet aponta no sentido de crescimento. De acordo com o relatório elaborado pelo Comitê Gestor da Internet brasileira, 30,6 milhões de domicílios brasileiros possuem computador doméstico, o equivalente a 51% dos domicílios. No ano de 2008, data que marca o início da coleta destes dados, apenas 25% dos domicílios eram atendidos, o que representou no período medido um aumento de 24 pontos percentuais.

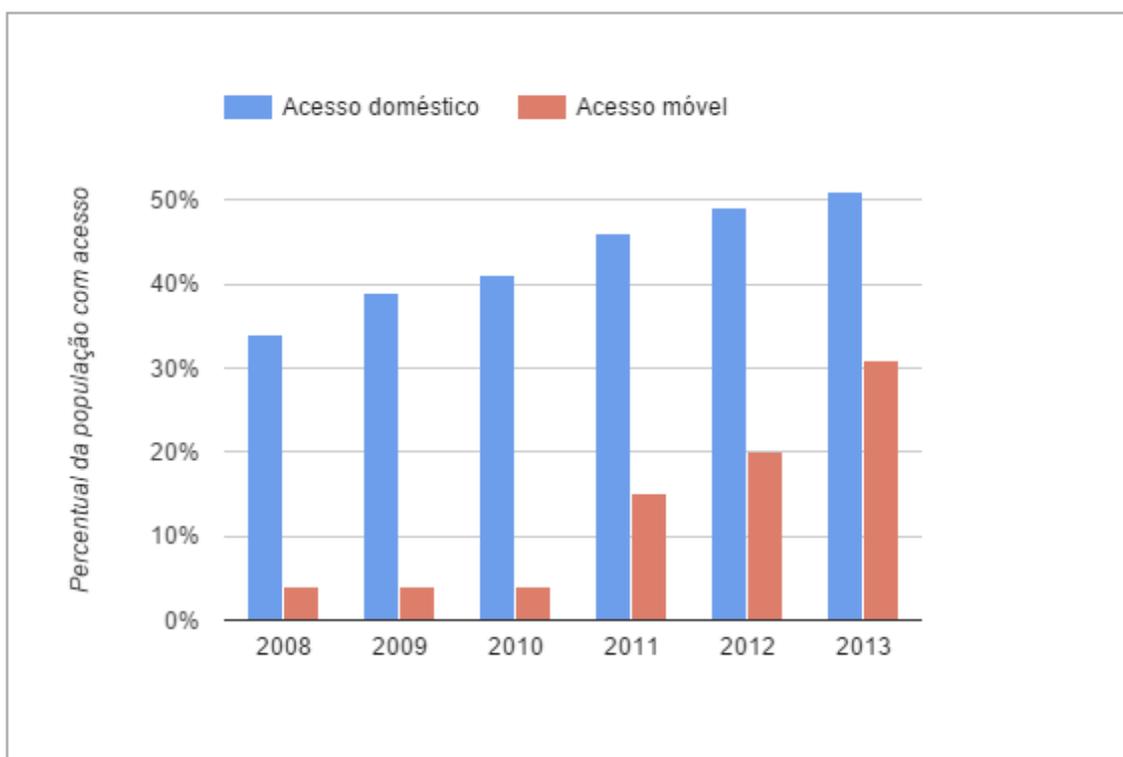
Não somente os aparelhos convencionais apresentaram crescimento, mas também os dispositivos móveis. Em 2013, registrou-se no Brasil, pela primeira vez, informações de que os usuários de Internet superaram a marca da metade da população do país. Consideram-se duas frentes de observação, pontos fixos e móveis, que somados chegam a 51%. Embora 51% corresponda a mais da metade da população, ainda é um número baixo, tanto para a

concepção de uma cidadania digital como para as medidas de e-government. A seguir, a dinâmica do crescimento dos referidos dispositivos:

O crescimento dos dispositivos móveis – computadores portáteis e *tablets* – segundo as classes sociais revela a dinâmica do crescimento desses dispositivos nos domicílios brasileiros. Na classe B, o número de domicílios com computadores portáteis era estimado em 5,9 milhões em 2011. Esse número aumentou para 9,3 milhões em dois anos. Os *tablets*, que estavam presentes em aproximadamente 200 mil domicílios de classe B, no ano de 2011, atingiram 2,1 milhões de domicílios em 2013 (*Ibid*, 2014, p.167).

A respeito, elaboramos uma representação dos seis últimos anos (em referência ao ano da mobilização de junho) na qual é possível observar visualmente a melhoria na acessibilidade.

Gráfico 1: Aumento da acessibilidade entre os anos de 2008 a 2013



Fonte dos dados: CETIC.br

O governo eletrônico

O termo "governo eletrônico" (*e-Government* ou *e-Gov*, em inglês) pode ser definido como medidas que partem da adoção e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na administração pública, almejando melhorias no contato entre cidadãos e instituições e a facilitação da prestação de serviços públicos.

Mais recentemente, a abrangência do termo foi ampliada, levando em consideração a expectativa de que a tecnologia contribua também para o aumento da transparência governamental e da participação da sociedade. Dentre as vantagens em ações estatais aliadas à transparência, as redes "podem operar na fiscalização e transparência dos órgãos públicos, coletando, organizando e disponibilizando os dados para a população por meio de sistemas de consulta *on-line*."(ARAUJO, PIMENTEL & PENTEADO, 2014, P.131)

No cenário brasileiro, a implementação de programas de governo eletrônico tem se mostrado presente em todos os níveis de governo e em todas as esferas dos poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e também no Ministério Público. No entanto, apesar do seu grande potencial, nem todos os órgãos públicos no Brasil conseguem usufruir dessas oportunidades da mesma forma. É importante, portanto, identificar o quanto as organizações do setor público no país estão se apropriando dessas tecnologias para a melhoria das políticas públicas e, conseqüentemente, implementando medidas que facilitem o cotidiano dos cidadãos.

Apesar da afirmação da rede como um elemento cada vez mais importante para a garantia de direitos e para a cidadania³⁷, o acesso não é amplamente disseminado; reproduzindo, muitas vezes, o padrão centro-periferia no qual, simultaneamente, ocorrem o acesso irrestrito e a marginalização.

Enquanto uns possuem acesso praticamente integral outros não têm qualquer acesso e, conseqüentemente, são privados das vantagens que a internet oferece, desde economia de tempo à conveniência para a resolução de assuntos cotidianos ou burocráticos. Warf (2013) relembra que a disparidade do acesso pode ocorrer em escala nacional, regional e mundial.

No Brasil, o provimento de acesso regular à internet constitui um desafio, especialmente ao considerarmos a contínua desigualdade regional. O eixo do Sudeste recebe melhor infraestrutura e esta é implementada antes do que nas demais regiões do país. Na verdade, “para muitos outros – pobres, com baixa educação, instrução, minorias étnicas e os marginalizados socialmente, a internet segue como um mundo distante e ambíguo. (SIFRY, 2014, P.1)”³⁸

Apesar da existência de programas que visam levar à internet a um maior número possível de cidadãos pela via estatal, o modelo empresarial de distribuição é a norma do setor, reforçando a escolha de áreas com infraestrutura já estabelecida, privilegiando os eixos das grandes metrópoles do Sudeste.

³⁷O governo federal brasileiro reconhece o papel da internet como um direito de acesso à cidadania, sobre o qual se dispõe no texto da lei do Marco Civil. O Brasil é também signatário de agendas da ONU que pactuam de tal posicionamento.

³⁸Tradução livre da passagem “In this context, simple dichotomies such as “off-line” and “on-line” fail to do justice to the diverse ways in which the “real” and virtual worlds for hundreds of millions are interpenetrated. Yet for many others—the familiar litany of the poor, the undereducated, ethnic minorities, and the socially marginalized—the internet remains a distant, ambiguous world.”

As diretrizes da atuação do poder público, dispostas em lei, almejam a redução das desigualdades entre regiões do país em relação ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, no seu uso e capacitação, integrada a práticas educacionais. A inclusão digital passa a se relacionar com a inclusão social.

De acordo com a aferição de 2013 do CETIC.br, “estão excluídos digitalmente indivíduos que residem em domicílios com renda média familiar que não ultrapassa dois salários mínimos.”(2014, p.186).

Quanto à faixa etária, o perfil dos brasileiros que não possuem contato com a web equivale a 42,6 milhões. Está concentrado na faixa acima de 45 anos de idade. E, em relação ao perfil de escolaridade, “entre os que estudaram até o Ensino Fundamental, a proporção atinge 60% e, dentre os analfabetos, 97%”(ibid.)

Em maio de 2010, foi instituído o Programa Nacional de Banda Larga³⁹, voltado para a internet fixa. Tinha como medida principal a difusão de tecnologias da informação, promoção da inclusão digital e redução de desigualdades social e regional. Cardoso (2015) tece duras críticas ao programa, embasadas em dados que comprovariam a condição de hiato digital:

Para começar: a meta de domicílios conectados estabelecida para 2014 está muito longe da alcançada. A expectativa era fechar o ano passado com 35 milhões de domicílios com acesso à internet fixa. Porém, em agosto, os acessos à banda larga fixa chegavam a apenas 23,5 milhões de locais, segundo dados do próprio Ministério das Comunicações (Minicom), incluindo aí instalações em estabelecimentos comerciais. Ou seja, há um abismo de mais de 10 milhões de acessos entre a realidade e a meta prevista. A Consultoria Legislativa (Conleg) do Senado calculou que exista no Brasil um hiato digital em aproximadamente 38,4 milhões de famílias, **uma cifra**

³⁹ Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010.

que corresponde a mais de dois terços do total da população⁴⁰. (CARDOSO, 2015, s/p, grifo nosso)

Conforme discutimos anteriormente, o crescimento do uso da Internet via telefone celular foi destaque nos últimos anos. Este fato, aliado ao aumento do repertório de atividades e aplicações disponíveis para plataformas móveis, gera uma expectativa de que o crescimento da Internet móvel venha a favorecer a inclusão da população não usuária de Internet, em especial nas áreas mais remotas e entre as camadas de renda mais baixa. A premissa é a de que a ampla presença dos telefones celulares entre a população poderia servir para vencer a barreira do acesso domiciliar à tecnologia, contribuindo para a inclusão digital.

Não somente o aumento nos números de dispositivos apontam para melhoria na cidadania digital, mas também vem a sanar falhas deixadas pelo insucesso de programas que proveriam internet fixa a lugares mais remotos. Apesar de não ser uma solução formal, é uma medida funcional para o acesso. Concordamos, portanto, que:

é importante refletir, elaborar e ampliar políticas públicas de expansão do provimento e da redução do preço da banda larga, bem como de *subsídios para a aquisição de equipamentos TIC em famílias de baixa renda* – já que são fatores relevantes e que podem impactar diretamente na inclusão digital dessa parcela significativa da população brasileira. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET BRASILEIRA, 2014, p.129).

Sem dúvida, é de capital importância atentar para a necessidade de iniciativas de incentivo à minimização de excluídos digitalmente, uma vez que o uso de ferramentas online vem servindo propósitos burocráticos cotidianos⁴¹,

⁴¹A modalidade de E-gov “presença transacional” compreende ações em que os órgãos públicos ofertam serviços *on-line* para seus usuários, como pagamento de tributos e emissão de documentos.

como o agendamento de serviços, que, por vezes, deixam de existir por completo, presencialmente.

Perfis dos usuários brasileiros e a subutilização de canais institucionais de pressão

Pensamos ser possível comparar dois perfis: o dos manifestantes de junho e a população brasileira com acesso regular à internet. Pensamos que há um contexto de semelhança, em que as maiores cidades brasileiras abrigaram as grandes manifestações e também concentram os índices mais significativos de provimento e acesso à internet. Buscamos verificar se a correlação entre estes dados poderia sinalizar medidas de atuação, considerando a perspectiva de aproximação de modelos de e-gov e as oportunidades designadas para este meio.

Os dados do ano de 2013 demonstram que o segmento de jovens entre a faixa de 16 a 24 anos representou a maioria dos usuários de Internet pelo telefone celular, ocupando 61%⁴² do total aferido. O aumento do acesso à dispositivos e à internet em mobilidade, entre os anos de 2012 e 2013, foi de 15 pontos percentuais. Do total de usuários com acesso regular, 60% possuem educação no nível do Ensino Superior.

Os atos de junho de 2013 motivaram a participação de determinados segmentos da população. Considerando a classificação utilizada, os grupos autonomistas poderiam ser situados na faixa descrita acima, de perfil jovem e que utiliza os dispositivos relacionados à internet em mobilidade. Durante os atos, o uso massivos de dispositivos e a emissão *in loco* foram estratégias apropriadas majoritariamente pelo repertório autonomista.

⁴²Pesquisa TIC domicílios ano de 2013.

Já os demais repertórios não possuem uma relação tão direta com os dados observados, de modo que o grupo de repertório socialista seria representado por um perfil mais velho e o grupo patriota englobaria o recorte etário descrito, perpassando-o.

Ao buscarmos uma descrição mais abrangente e generalizante dos perfis das jornadas de junho, utilizamos a descrição de Singer (2013), que afirma haver uma “base majoritária de jovens complementada por significativo contingente de jovens adultos (aproximadamente de 26 a 39 anos), com pequena inserção de adultos da meia idade para cima.”(p.5).

Há uma outra forma de reivindicações que se refere as medidas possíveis para prosseguir reivindicando pautas, sejam elas relacionadas às demandas das ruas ou as do ativismo que ocorre online. Há canais institucionais abertos na web – em sua grande maioria fóruns, nos quais há a possibilidade de enviar sugestões aos entes governamentais e debater melhores práticas com aqueles que também participam deste espaço. Apesar de muito nova, esta iniciativa já está em funcionamento no Brasil.

Entre os usuários de Internet que declararam ter utilizado algum dos serviços de e-Gov, a presença de cidadãos com Ensino Superior (88%), pertencentes à classe A (87%) e com idade entre 35 e 44 anos é mais frequente (74%). (COMITÊ GESTOR DA INTERNET BRASILEIRA, 2014, p.160)

O perfil deste grupo quase não estabelece relações com as descrições supracitadas de manifestantes das ruas. Poderíamos apenas supor uma correspondência com o grupo que compõe o repertório patriota.

Contudo, muitos dos clamores dos manifestantes de junho, a exemplo de cartazes que pediam “mais saúde no SUS” ou “educação pública de

melhor qualidade” que acabam por ser cobranças diretas ao Estado. (mesmo que, de forma contraditória, os atos tenham se oposto fortemente às práticas estatais e alguns grupos, como aqueles que fazem a releitura de elementos do anarquismo, tenham pedido a destituição de figuras representativas e, por vezes até o fim do mesmo)

Pensando na efetividade e na resolução de propostas a curto, médio e longo prazo, entendemos que seria necessário uma militância que supusesse a continuidade pós-ato, utilizando-se dos canais disponíveis, inclusive estes na ambientação online instituídos pelo governo, como instrumentos de pressão sobre os governantes e práticas. Entendemos que, em 2013, essa possibilidade foi subutilizada – ou sequer utilizada.

Se relembrarmos o baixo custo dessa forma de atuação e a grande quantidade de conteúdo político despejado sobre redes sociais como o Facebook, de fato houve uma canalização de esforços para um meio, entretanto, um meio praticamente ineficaz, uma vez que a natureza dessa rede não é ser um espaço online para reivindicações políticas e sim um espaço de múltiplas funcionalidades.

Em síntese, existe um canal subutilizado pelo perfil dos manifestantes que participaram em junho, que utilizaram a internet como forma de convocação e debate, mas não buscaram se apropriar das demais funcionalidades que pudessem complementar tais práticas iniciais e, quiçá, conseguir resultados finais diferentes.

Tanto no Brasil como em demais países, a internet potencializou mobilizações, foi importante para a convocação e para mostrar o posicionamento pessoal. Mostrou estar apta para despertar interesse pela participação política e sinalizou formas de agir pelas causas. Em relação ao despertar de um envolvimento pessoal ativo com a política e com a cidadania,

pensamos que a ocorrência de um ato de mobilização pode se configurar como apresentação de que existe um caminho de luta, mas o comprometimento pessoal depende de questões que vão além da eclosão de um ciclo de protestos.

O processo de consulta pública online e off-line que veio a se tornar o Marco Civil da Internet brasileira

No ano de 2014 houve a aprovação do projeto de lei que se tornou o marco regulatório da internet brasileira. No Marco Civil, há o reconhecimento institucional dos meios digitais como espaço de livre iniciativa, com finalidades sociais e apropriados para a pluralidade, diversidade e exercício da cidadania. (BRASIL, lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.). Os princípios da liberdade de expressão e comunicação, proteção dos dados pessoais e garantia da neutralidade da rede foram incluídos. Ademais, ressaltam-se valores como rede efetiva e inclusiva, visando o fomento da cidadania.

Para a legislação brasileira, a internet é entendida como um recurso global que deve ser manejado para o interesse público. Nas disposições do Marco Civil, a ideia da continuidade entre escalas surge a partir da extensão dos direitos em vigor no mundo off-line à esfera online. A liberdade de expressão e associação, a privacidade, a acessibilidade, a autonomia para acessar informação são ressaltadas como meios de acesso a processos democráticos.

Algumas tentativas de participação popular têm sido realizadas com bons resultados, a exemplo dos dados mencionados acima sobre a consulta pública relacionada ao Marco Civil. Neste, o governo federal não apenas abriu

caminhos para a consulta pública acontecer, mas também atuou como ente de convocação.

O próprio processo de consulta pública do Marco Civil contou com medidas regionalmente desiguais. Os números relativos ao processo contemplaram sete audiências realizadas presencialmente, em quatro regiões do país – Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Sul. Nas audiências públicas, a região Norte do país não foi contemplada, alegando-se a falta de tempo como justificativa, mas, afinal, como é possível aceitar tal argumento, frente às alegações de demora para que o processo de tramitação entrasse na pauta de votações na Câmara dos deputados?

Neste processo, por intermédio das ferramentas online, a consulta pública via portal e-democracia obteve 45 mil visitas, 140 propostas e 2.215 comentários⁴³ acerca do conteúdo posto em debate. As sucessivas consultas criaram uma dinâmica colaborativa entre sociedade e entes governamentais voltados para este processo consultivo.

⁴³Dados do Comitê Gestor da Internet (CGI-BR)

Gráfico 2: usuários ativos no portal da Câmara – E-democracia



Predominância de consultas realizadas nas grandes metrópoles

Os dados demonstrados no portal da Câmara reforçam as estatísticas de que o Sudeste exerce preponderância na participação nas enquetes online. Isso remete ao já discutido padrão de exclusão das áreas fora do Centro-Sul e do perfil de que aqueles que buscam plataformas oferecidas pelo governo para demonstrar sua insatisfação e descontentamento é limitada a um setor muito pequeno – metropolitano, de classe econômica A e de 35 anos de idade em diante.

Segundo o artigo 61, §2 da Constituição de 1988, regulamentado pela lei 9.709 de 1998, é permitida a apresentação de projetos de lei pelos poderes Legislativo, Executivo e pela iniciativa popular. Neste último caso, a Constituição exige como procedimento a adesão mínima de 1% da população eleitoral nacional, mediante assinaturas, que devem estar distribuídas por pelo

menos 5 unidades da federação e atingir, no mínimo, 0,3% dos eleitores em cada uma destas.

Utilizando-se deste dispositivo, um exemplo de formas de participação, ativadas no online, foi o ocorrido relacionado à votação do Código Florestal. Neste, houve a entrega de uma petição com o número solicitado constitucionalmente, na ocasião da votação da pauta, momento entendido como oportuno para exercer pressão popular.

Contudo, incluir uma questão acionada na web em agendas de votação governamentais, ainda configura uma dificuldade. Não se trata apenas de acionar pessoas pela rede, mas também de criar um documento físico. No caso brasileiro, a mera assinatura de petições em *sites* (sítios eletrônicos) não é aceita constitucionalmente. Assim, embora o horizonte da participação política via internet contemple muitas iniciativas de cunho inclusivo, a observação dos ocorridos sócio- espaciais nos mostram que, para chegar nesses resultados, pressupõe-se superar barreiras (infraestruturais) off-line.

Os problemas relacionados à privacidade e às arquiteturas de controle

Para a interação política entre representantes ou canais institucionais, entende-se que existe um problema relacionado à unidirecionalidade das mensagens e à falta de interação em uma via de mão dupla.

Contudo, há um problema sobre o qual se deve direcionar certa atenção: o uso de redes sociais por entes governamentais. O uso em redes sociais que não são plataformas governamentais permite uma situação de vulnerabilidade da informação. É o que se pode ver no Brasil:

O percentual de órgãos presentes em redes sociais é relevante tanto nos entes federais quanto nos estaduais: 88% e 73%, respectivamente. Quando analisados por poder, os resultados apontam que os órgãos do Judiciário (96%) e do Legislativo (88%) estão mais presentes em redes sociais. Quando analisado o tipo de rede social, 66% dos órgãos públicos federais e estaduais estão presentes em redes de relacionamento, tais como Facebook ou Google+; 59% estão em plataformas de *microblog*, a exemplo do Twitter; e 43% estão presentes em plataformas de vídeos, como YouTube e Vimeo. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET BRASILEIRA, 2014b, p.145)

As redes mencionadas armazenam a informação que o usuário voluntariamente disponibiliza nelas, o que significa que, uma vez que estas se tornam públicas, são armazenadas e podem ser reacessadas, mesmo que venham a ser apagadas. As redes sociais são empresas privadas, participam de um mercado de dados e informações e não têm obrigação de esclarecer para quais fins as estão utilizando.

Assim, o Brasil adota uma postura, perante o mundo, de salvaguarda dos dados pessoais, firmando um marco regulatório que preza pela privacidade, discursando⁴⁴ contra a vigilância de outros países a respeito da espionagem sobre comunicações federais e, simultaneamente, se vê em um dilema de voluntariamente expor seus dados.

Outro ponto é que acreditar que uma rede unicamente dedicada à política seria capaz de uma adesão, em números similares, às redes sociais seria insensato, uma vez que já há participação ativa nas redes de múltiplas funcionalidades. Nestas, o usuário pode escolher se quer ou não utilizar tal rede para falar sobre temas políticos como ativismo, notícias, reclamações e debates. Concluímos que canais como o E-democracia não podem pretender

⁴⁴<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

similar papel, mas ganhariam vantagens com a incorporação de funcionalidades da web 2.0.

Em conformidade com a descrença nas instituições políticas tradicionais, também há reservas por parte dos cidadãos em se envolver em processos participativos online. Isso quando chegam ao ponto de saber que tais processos existem, possuem suficiente capacitação técnica para operar tais ferramentas, compreendem aspectos do processo político e conseguem acesso contínuo à rede⁴⁵. Assim:

o problema maior a ser enfrentado e vencido seria a falta de qualificação educacional e cognitiva de uma parcela significativa da população brasileira para poder explorar o potencial que a Internet e o e-Gov têm do ponto de vista da oferta de serviços e informações políticas para os cidadãos." (PINHO, RAUPP, p.101, 2014)

É certo que o acesso à rede vem sendo crescentemente ampliado, apesar da reprodução dos padrões centro-periferia e da exclusão. Se, em um exercício de abstração considerarmos que venha a atingir a totalidade da população, a conexão generalizada seria um gatilho da democracia e cidadania digitais? Conforme apontamos durante a discussão, não se trata da disponibilidade de ferramentas, mas sim do potencial em criar interesses particulares pelas causas.

De qualquer modo, há um forte movimento no sentido de regulamentar as práticas que ocorrem na web e observações sobre o comportamento dos usuários. Estas valem tanto para o conteúdo como para o acesso. Essas

⁴⁵Levando em consideração a pesquisa TIC domicílios(2013), alguns fatores foram atestados como justificativas para negar o uso de ferramentas de e-gov. Temos: da parcela entrevistada que já tinha feito uso da ferramenta as respostas afirmam: "não teve tempo", "não acredita que as discussões terão impacto político" e "não se interessa por nenhum dos temas". Já para aqueles que nunca participaram, as modalidades "cadastro recente no site", "não entende como funciona o site" e "não sabe como funciona" são mais destacadas.

dinâmicas são acentuadas pelo modelo de gestão empresarial associado à massificação das redes sociais. Silveira (2014) menciona empresas e governos que usam navegação mediada, tendo seus conteúdos registrados, indicando que “é parte de um programa de pesquisa na sociedade informacional identificar a influência, o poder e o *modus operandi* que tais intermediários exercem sobre os comportamentos, sobre os Estados e sobre os mercados.” (2014, p.19):

Cria-se um cenário em que há um confronto entre preocupações de resguardo pessoal e as perdas potenciais em optar por renegar o formato de interação via web. Para o ativismo, as maiores perdas estão em não atingir o grande número de usuários disponíveis nas redes sociais e, ao mesmo tempo, não terem uma alternativa que consiga atrair tamanho número de usuários. As mídias sociais, antes consideradas por alguns como elemento fundamental para mudanças políticas contemporâneas, são agora vistas sob uma luz menos indulgente.

Propostas de muitos ativistas de êxodo e saída em massa das plataformas sociais fechadas e corporativas (Google, Facebook e outras por vir) que nos submetem a um novo regime de expropriação, monetizam nossas conexões afetivas, monitoram nossas redes de relações, se apropriam de nossa inteligência, tempo e vida, uma questão surge de forma perturbadora: mas e se a revolução e resistência começarem por aí? (MALINI, 2013, p.9)

Considerações finais do capítulo

Partindo da premissa de que cidadãos mais informados seriam mais engajados em política, acreditou-se, inicialmente, que a comunicação digital poderia oferecer vantagens, como a facilidade de convocação. Com a articulação de novos membros, haveria o florescimento de ideias e práticas

embasadas no contato e discussão via web. A limitada participação dos sujeitos, contudo, não se justificava pela falta de contato cotidiano, mas sim pelo factual desinteresse das pessoas em participar da política.

De qualquer modo, a adoção das TIC criou expectativas quanto ao seu uso para ampliar a participação da sociedade nos temas de interesse público, devido à possibilidade dos cidadãos contribuírem em mobilidade e com temporalidade continuada. Não é possível negar que, nos dias atuais, a internet tem servido como recurso de interesse público, afirmando a necessidade de ampliação do acesso.

Constatamos que um dos principais desafios no cenário brasileiro atual é converter a mobilização e a visibilidade em caminhos de pressão institucional. Mesmo quando o governo disponibiliza plataformas, nas quais podem ocorrer, por exemplo, consultas públicas – como ocorre no portal E-democracia, ligado à Câmara dos Deputados. Entretanto a efetividade dos portais e das propostas que surgem neles são apenas consultivas. Nesta condição, as enquetes de participação acabam servindo justificativas para fortalecer certos pontos de vista já definidos a priori ao invés de serem um espaço de debater possibilidades.

Uma colocação importante é que há, no país, uma sensação generalizada de desconfiança nas instituições, o que leva os cidadãos a pensarem que iniciativas de mobilização serão diluídas e praticamente não aproveitadas; portanto voltar-se a estas seria infrutífero. Pensamos que a implementação e a existência destes meios de abertura de canais de demanda de anseios populares é importante e pode se tornar interessante para o processo democrático. Contudo, ainda há um caminho de melhorias a se percorrer no sentido da efetividade e da melhor comunicação entre partes.

Reflexões finais

Durante a pesquisa, salientamos a crescente permeabilidade entre duas esferas de relações sociais: aquelas que tradicionalmente se desvelam no mundo tangível, material e físico; outra que se ampara em trocas comunicacionais por intermédio da rede. Diferentemente de períodos anteriores, em que se pensava tais esferas de convívio como distintas, no momento atual há uma forte ideia de continuidade, vinculada à mobilidade e ao constante acesso.

A construção e reconstrução constantes da apresentação do indivíduo, aliadas à grande parte do contato interpessoal cotidiano vêm sugerindo uma indissociabilidade das escalas da nossa vivência, dentro e fora da internet. Esta tem sido, sem dúvida, importante para múltiplos aspectos da vida, desde a construção da imagem pessoal que queremos mostrar, até a proteção pessoal da privacidade que queremos resguardar.

Fomos levados, ainda, à compreensão de que, para o ativismo político, a existência de uma ambientação online serviu como ferramenta para articular ações que se refletiram em dinâmicas urbanas. Os usos associados à internet em mobilidade, inclusive, ganharam especial destaque dentro do contexto dos levantes populares que ocorreram global e localmente.

No entanto, contrariando as observações prematuras sobre o fenômeno das ruas, concluímos que não houve manifestações nascidas pela existência da internet. Estas não são uma revolução online mas sim o casamento de uma forte ferramenta de difusão de informação com atos de grande magnitude no espaço público, respaldados por um contexto socioespacial e político.

A facilidade de articulação, difusão, uma distinta temporalidade e a permanência das informações (que viabiliza que conteúdos sejam reaccessados) forneceu respaldo aos novos movimentos brasileiros, diferenciando-os de seus antecessores. A partir deste início, foi fundado um modo de operacionalização e organização que serve para a articulação de levantes, cujo funcionamento pode ser feito por quaisquer grupos e para uma multiplicidade de propósitos.

No contexto observado, diversas pessoas que não eram tradicionalmente vistas como atores políticos, assumiram elementos identitários novos, a partir do uso das ferramentas online para ações de transformação social. As mudanças também ocorreram para os sujeitos do ativismo tradicional, que passaram a se apropriar de novos canais de convocação e difusão da informação.

Portanto, foi necessário pormenorizar a lógica em que o momento vigente veio se pautando, bem como diferenciá-lo daqueles que o antecederam. Sem este cuidado, estaríamos apenas reproduzindo mera sucessão de tempos da técnica. As novas tecnologias de informação vêm contribuindo para o surgimento de formas de sociabilização, já que permitiram e permitem que os atores sociais façam, continuamente, a conexão entre fatos ocorridos dentro e fora da rede, em uma temporalidade sequenciada.

Para a política (institucional e participação direta), no início, o contato via internet parecia uma solução inovadora que facilitaria a comunicação entre governantes e povo. Ao analisarmos os usos implementados, vimos que o envolvimento por iniciativas de ambas as partes não geraram os efeitos imediatos esperados. Em um primeiro momento, perguntamo-nos se estas novas mobilizações possuíam potencial para gerar significativos impactos na

esfera política ou se seriam apenas mero arranjo organizado, em virtude da disponibilidade desses novos elementos.

Observamos também que, embora as ações implementadas pelos atores estejam criando distintos impactos políticos, até o presente momento o envolvimento político e a aproximação de novos atores sociais não têm ocasionado mudanças estruturais; apenas desdobramentos pontuais, temporal e localmente situados.

Para indivíduos e grupos, o contato com a política via internet tem se mostrado adequado para a junção de pessoas e discussão pormenorizada de assuntos cotidianos da política.

Constatamos, ainda, que tanto o ativismo como a política institucional vêm se aproximando da internet. Não se trata apenas de uma explosão do uso desse instrumento para articular manifestações, mas uma inserção desse elemento para criar novas condições de uso político. Foi necessário observar de que maneira os arranjos tradicionais de mobilização ganharam novos contornos, ao contar com a disponibilidade de uma nova ferramenta. Dentre os principais problemas englobados na discussão atual sobre o online temos o controle que recai sobre os usuários e sobre as redes existentes, a criminalização de práticas, a vigilância da navegação e a censura.

Vimos que embora exista o desejo de fazer transformações pelo uso de redes sociais, estas se mostram um espaço inadequado para tal finalidade. Observamos que para que essas iniciativas sejam mais funcionais, seria necessário idealizar e criar canais adequados. Nestes haveria a possibilidade de retorno por parte dos governantes, em uma comunicação bidirecional.

O *e-government* pretende a ampliação de oportunidades de interação entre governo e sociedade, a partir da criação de espaços na web especificamente destinados a este fim, como a disponibilização de fóruns de

discussão *on-line*. Entretanto, na projeção ideal desta forma de inclusão da população nos processos políticos, observamos que os órgãos públicos ainda não utilizam plenamente o potencial da Internet para implementar canais específicos de participação. Superando certos pontos apontados, podemos presumir que, futuramente, este pode ser um para realizar práticas atreladas à política.

Insistimos, ainda, na ressalva de que a mera disponibilidade de informações pelos órgãos oficiais, mesmo estas estando atreladas aos princípios da transparência⁴⁶ na internet, não seriam suficientes para despertar o interesse pela deliberação e discussão online. Contudo, entendemos que elas são interessantes e relevantes para aqueles que já estão envolvidos de alguma forma.

Os ciclos de protestos nas ruas serviram, dentre vários aspectos já citados, para a produção de autorrepresentação e do reconhecimento de si na qualidade de sujeito político. Contribuíram para a identificação de existências coletivas ou de coletivos culturais, ressaltaram as possibilidades de uma fala própria.

Os pontos de maior importância atrelados ao fenômeno das Jornadas de Junho de 2013, que também valem para os demais países mencionados, é o reavivamento do espaço público como *locus* de atos de política direta: “o espaço público é o lugar onde se institui um debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os

⁴⁶A lei complementar no 131/09, sancionada no dia 27 de maio de 2009, também conhecida como Lei da Transparência, alterou o artigo 48 da Lei Complementar no 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) incluindo dispositivos que ampliam a transparência na gestão dos recursos públicos. O artigo 48 da referida lei determinou a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público(JÚNIOR, 2010 p.1)

problemas adquirem visibilidade e reconhecimento.”(GOMES, P. 2012, p.25). Constatamos que, em parte, as redes online buscaram se assemelhar a essas características, ora simulando, ora pretendendo alçar-se também à condição de espaço público.

Embora possuam naturezas diferentes, ambos formatos de ativismo observados nesta pesquisa; os que ocorrem pelas redes online ou pela militância de rua podem criar efeitos positivos no desfecho final de determinada reivindicação. Contudo, o potencial destas iniciativas acaba sendo subutilizado por uma prática dotada de muitos aspectos ineficazes.

Pensamos que o principal desafio relacionado ao ativismo online, no cenário brasileiro atual, é conseguir converter a mobilização e a visibilidade em caminhos de pressão para a solução das demandas. Apesar de haverem inaugurado modos de atuação, sua dissipação foi rápida e os resultados práticos deixaram sinais de dúvida.

Compreender a dinâmica errática, em que alguns casos ganham relevância e outros não, poderia ser uma maneira de avançar na compreensão da efetividade. O intento seria interconectar o desejo de transformação social, os modos de agir *web-based* e os objetivos pretendidos, refletindo se estaríamos criando uma nova relação cotidiana com a política a partir da internet. Há de se considerar que a arquitetura vigente da rede não é estática e o online passará por mudanças em seus formatos cujos efeitos não se pode dimensionar no momento vigente.

Dentre os desdobramentos do tema, relacionados à mobilização de rua em conjuntura internacional, optamos por sinalizar, de maneira muito simples e breve, um exemplo que entendemos ter sido efetivo na continuidade do processo das ruas, ao optar pelo caminho de adentrar à política institucional. Das manifestações ocorridas na Espanha surgiram partidos políticos, ligados a

movimentos sociais. Estes obtiveram êxito no apoio à eleição de candidatas nas prefeituras das cidades de Madri e Barcelona, relacionadas à promessas de mudanças no sentido de satisfazer os desejos populares apontados em suas próprias irrupções. Isso não significa que estejamos sinalizando a transposição deste exato ocorrido para o contexto brasileiro, mas sim que existe a possibilidade de associar demandas das ruas a contextos políticos tradicionais.

Outro ponto por nós observado é que, no Brasil, as práticas embasadas na internet não têm seguido um único caminho e sim uma série de diferentes formatos. Iniciamos a pesquisa atrelados à hipótese de que agir em grandes manifestações seria capaz de criar caminhos de pressão a partir da comunicação e convocação pela internet. Contudo as ações de ativismo online não se encerravam nesse formato, pedindo observações mais detalhadas sobre as atuações individuais e coletivas. Nessa apreciação mais ampla, mais atores sociais entraram em cena, cada qual trazendo particularidades.

Portanto, após um hiato de manifestações de grande porte, estas ressurgiram, em novos formatos, com novas demandas e, com a novidade da chamada pela rede, que vem se estabelecendo cada vez mais como modo de convocação, conforme trabalhamos na pesquisa.

Passados dois anos das Jornadas de Junho, voltamos a observar passeatas nas ruas. Desta vez elas ocorrem dentro de um novo contexto, pós-eleitoral, com outros agentes, outras propostas, outras respostas das forças policiais e outra conjuntura política. No entanto, algumas similaridades são encontradas, especialmente os pontos para os quais nos voltamos durante o debate: uma temporalidade continuada da discussão e a organização e as chamadas por intermédio da web.

A atuação entre redes e ruas vem passando por diversas releituras, apesar da lógica de convocação ser correspondente. Em uma releitura do

script, tanto as práticas empreendidas e a atuação no espaço público são muito similares. Sobre as pautas discutidas neste novo ciclo, pensamos que ainda não é possível fazer análises fundamentadas, principalmente em função da conjuntura atual estar em constante reconfiguração.

O que podemos compreender é que as manifestações e ocupações se tornaram, desde a eclosão de junho, atos que trazem cada vez menos estranheza no espaço público, atenuando o sentido de estranhamento que descrevemos durante a pesquisa. Entendemos, portanto, que no momento contemporâneo, no país, o espaço público foi reavivado para atos de política direta e que as articulações online, hoje, desempenham um papel na estruturação deste processo. Isto nos leva a crer que a hipótese de consolidação do novo modo de chamadas, sobre o qual nos debruçamos na pesquisa, é uma prática com aspectos permanentes.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. Colóquio Jornadas de junho dois anos depois. Performances em competição: apropriações e reinvenções de repertórios de confronto nos protestos de junho de 2013. Conferência oral. 2015

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009

BARREIRA Irlys Alencar F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações *In: Contemporânea* ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 145-164 Jan.–Jun. 2014

BORBA, FELIZI & REYS. Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho - 1.ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2014

BOYD, Danah. “Social Network Sites: Public, Private, or What?” *In: Knowledge Tree* 13, May, 2007

BRASIL, Lei nº 12.965, de 23 abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

BRINGEL, Breno, PLEYERS, Geoffrey. OpenMovements: social movements, global outlooks and public sociologists. *In: Open Democracy – free thinking for the world*. Sítio eletrônico www.opendemocracy.net (acessado em 10 de setembro de 2015) 2015

CARDOSO, Marina. O fracasso do Plano Nacional de Banda Larga Blog Intervozes (acessado em 14 de março de 2015) 2015

CASTELLS. Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet / Manuel Castells; tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições / Iná Elias de Castro. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DI FELICE, Massimo – Netativismo: novos aspectos da opinião pública em

contextos digitais. Revista FAMECOS Mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2012

_____. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: DI FELICE, Massimo (org). Do público para as redes. A comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008. (Coleção era digital; v. 1). 1 ed. p. 17-61.

FREIRE Felipe Ribeiro, STABILE,Max.As novas tecnologias e a participação eletrônica: entre promessas e desafios *In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro [livro eletrônico] : TIC Governo Eletrônico 2013 [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination Alexandre F. Barbosa ; tradução para o inglês Prioridade Consultoria]. — São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.*

FUCHS, C. The self organization of cyberprotest. The Internet Society II: Advances in Education, Commerce & Governance, WIT Transactions on Information and Communication Technologies, Vol 36,WIT Press. 2006

GOMES. Paulo Cesar da Costa. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço *In: Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço/ organizadores Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.*

GOMES. Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. V ENLEPICC 2010

LIMA JUNIOR. Humberto. Resenha do livro "Tweets and the streets", de Paolo Gerbaudo. Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Nucleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol.5 | N.2 pp.701-704, dezembro 2014.

MACHADO, Jorge. A mudança começa na rede. In. Relatório pesquisa domicílios e empresas TIC. 2013

MARICATO et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013

MALINI, Fabio. A internet e a rua – ciberativismo e mobilização nas redes sociais. – Porto Alegre ed. Sulina. 2013

MAURY RAUPP, Fabiano; GOMES DE PINHO José Antonio, Desvendando os limites e possibilidades do e-gov e do cidadão digital: evidências empíricas da realidade brasileira. " In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro [livro eletrônico] : TIC Governo Eletrônico 2013 [coordenação executiva e editorial / Alexandre F. Barbosa ; tradução para o inglês Prioridade Consultoria]. — São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

MCCAUGHNEY, M., AYERS, M.D. (ed.). Cyberactivism: online activism in theory and practice. London: Routledge.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes. 2001

MOITA LOPES, Luis Paulo. Os novos letramento digitais como lugares d construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 49(2): 393-417, Jul./Dez. 2010

MONTES, Maria Lucia. Entrevista. In: BORBA, FELIZI & REYS. Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho - 1.ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2014

MOROZOV. The netdelusion : the dark side of internet freedom / Public Affairs TM, a member of the Perseus Books Group. – 1st ed. 2011.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013

NAME. Das redes às ruas: notas sobre novas tecnologias de informação e

comunicação, mobilização social e manifestações políticas no *In:Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea/ Rosa Pedro, Paulo Afonso Rheingantz, organizadores.* - Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2012.

PARKINSON, John R. *Democracy And Public Spaces: The Physical Sites Of Democratic Performance.* Oxford university press. Oxford New York. 2012

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; [et al]. *Sociedade Civil e Políticas Públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política* *In. Cultura, política e ativismo nas redes digitais / Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteado (organizadores).* – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 342 p. ; 23 cm. 2014

PIERRE, Lévy. *Cibercultura.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

PINA, Pedro Antonio Vizcaíno - *La recuperación de espacios públicos como símbolo de poder – El caso del movimiento 15M.* *In: La indignación – Un desencanto en lo privado y un descontento en lo público.* 2013

PINHO, José., RAUPP, Fabiano. *Desvendando os limites e possibilidades do e-gov e do cidadão digital: evidências empíricas da realidade brasileira “* *In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil [livro eletrônico] : TIC domicílios e empresas 2013/ [coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.*

PLATAS Danu Alberto Fabre; JIMENEZ Carmen Egea. *Lá indignación: Un desencanto en lo privado y un descontento en lo publico.*

RECUERO, Raquel da Cunha. *Redes Sociais na internet: Considerações iniciais.* www.bocc.ubi.pt 2007

RUEDIGER Marco Aurélio; MARTINS Rafael; LUZ Margareth da; GRASSI, Amaro. *Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo* *In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil [livro eletrônico] : TIC domicílios e empresas 2013/ [coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.*

SANTAELLA, Lucia. Os espaços líquidos da cibermídia. *Revista da Associação Nacional dos Programas de pós-graduação em Comunicação*. 2005

SANTOS, Milton, 1926-2001 *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Renato Emerson Nascimento. – *Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. 2011

SCHWINGEL, Carla. Átomos e bits em fluxos: redes sociais de cidades territoriais e digitais. *In: Cibercidade: A cidade na Cibercultura* / (Organização de André Lemos) – Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. 318p.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas *In. Novos Estudos*. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções 2013

SILVA JÚNIOR, Jocelino Mendes da A implementação da lei complementar numero 131/2009 (lei da transparência) pelos estados do norte do Brasil: uma análise da sua eficácia como instrumento de controle social e de cidadania. Monografia de conclusão de curso. Palmas – Tocantins. 2010

SILVEIRA Sérgio Amadeu. Para analisar o poder tecnológico como poder político. *In. Cultura, política e ativismo nas redes digitais* / Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadó (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo,. 342 p. ; 23 cm. 2014

SIFRY, Micah L. *The big disconnect: why the internet hasn't transformed politics (yet)* Published by OR Books, New york and London. 2014

TILLY, Charles. "Contentious repertoires in Great Britain". *In: MARK, T.(ed.). Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press. 1995

TKACHEVA, Olesya. *Internet Freedom & Political Space*. National defense research institute / Olesya Tkacheva, Lowell H. Schwartz, Martin C. Libicky, Julie E. Taylor, Jeffrey Martini, Caroline Baxter. 2013

TURKLE Sherry - *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*, 2011

União Internacional de Telecomunicações (UIT). Relatório "Medindo a Sociedade da Informação" <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/uit/2013>.

WARF, Barney. *Global Geographies of the Internet*. Springer ed. 2003. Springer Dordrecht Heidelberg New York London

ZAFRA, Jose R. Collado; GODOY Francisco J. De la serna; El KHAMKHAMI Rachid Los derechos demandados en el 15M – Del sentimiento convergente a la movilización social y asamblearia en la era posmoderna. 2013

ANEXOS

FOLHA DE S.PAULO**Editorial: Retomar a Paulista**

13/06/2013 03h30

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo --e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir --menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.



Chegou a hora do basta

13 Junho 2013 | 02h 08

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro - em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro - e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição - pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma bomba foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Trianon teve os vidros quebrados. Em algumas das ruas e avenidas por onde circularam, principalmente a Paulista, puseram fogo em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM).

Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM reagiu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O saldo foi de 20 pessoas detidas e de dezenas com ferimentos leves, entre elas policiais.

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou bem claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

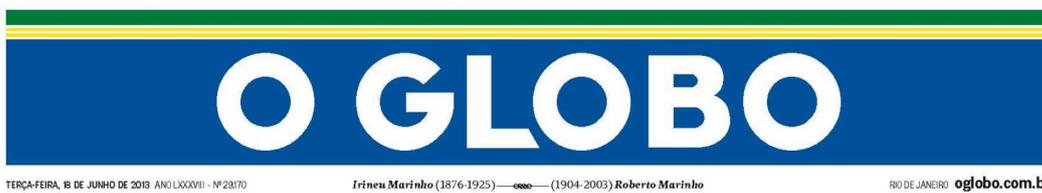
Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem - anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo -, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo.

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades.

De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que "é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável". Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade.

Haddad, que se encontra em Paris pelo mesmo motivo, também foi afirmativo ao dizer que "os métodos (dos manifestantes) não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população". Mas insinuou que por trás das manifestações há



UM PAÍS QUE SE MEXE

O Brasil nas ruas

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais

Redução de tarifas de ônibus é a mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maioria das cidades, mas acabaram em tumulto em Rio, Porto Alegre, Brasília e São Paulo



Numa mobilização como há muito não se via no Brasil, pelo menos 240 mil pessoas, em sua maioria jovens, tomaram ontem as ruas de 11 capitais para protestar principalmente contra o aumento das passagens de ônibus. No Rio, o público foi estimado em 100 mil. Em tempos de internet, os atos foram marcados pelo uso intenso das redes sociais para convocar participantes e pela ausência de partidos políticos, sindicatos e da União Nacional dos Estudantes entre os organizadores. Desta vez, o comportamento da polícia foi diferente. Em São Paulo, o governo cum-

prtiu a promessa de usar a tropa de choque ou atirar balas de borracha. Os protestos foram pacíficos na maioria das cidades, mas, no final, grupos isolados promoveram atos de violência em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e São Paulo. Na capital federal, manifestantes furaram o bloqueio policial e subiram no teto do Congresso. Em São Paulo e em Curitiba, houve tentativa de invasão das sedes dos governos. País afora, outros temas, como gastos com a Copa e o projeto que limita poderes de investigação do MP, apareceram nas faixas. **PÁGINAS 3 a 11**



A BATALHA DA ALERJ

No Rio, a manifestação, que começou pacífica, terminou em tumulto quando um grupo de radicais, sem apoio da maioria, tentou invadir o prédio da Assembleia Legislativa, no Centro. Eles lançaram coquetéis molotov, incendiaram um carro e depredaram três agências bancárias. A PM reagiu com tiros para o alto. O saldo do confronto foi de 29 feridos (três baleados), sendo 20 policiais.

Entrevistado em Brasília **CHICO**



— Que começa de semana!

DILMA ROUSSEFF: "As manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. É próprio dos jovens se manifestarem."

EX-PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE: "Desqualificá-los como ação de baderneiros é grave erro. Dizer que são violentos nada resolve."

EX-PRESIDENTE LULA: "A única certeza é que o movimento social e as reivindicações não são mais da polícia, mas

Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais

por Portal do Planalto — publicado 24/06/2013 17h57, última modificação 04/07/2014 20h17

Palácio do Planalto, 24 de junho de 2013

Boa tarde a todos. Vamos dar início a essa reunião de governadores e prefeitos... Eu queria, primeiro, desejar bom dia a todos vocês, cumprimentar os queridos governadores e as queridas governadoras, as caras prefeitas e caros prefeitos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença de vocês e o atendimento imediato a meu convite para debatermos o momento delicado em que vive o país. Mais do que um debate, estamos aqui para procurar e evidenciar, e apontar soluções. Buscamos respostas, todas elas republicanas e participativas aos problemas que inquietam e mobilizam o povo brasileiro.

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por um inequívoco e ininterrupto processo, talvez o maior processo de mudança da nossa história. Nós combinamos estabilidade econômica e amplas liberdades democráticas com o crescimento econômico e geração massiva de empregos. Temos, possivelmente, a mais baixa taxa de desemprego do mundo.

Inovadoras políticas públicas permitiram a inclusão de 40 milhões de pessoas a um intenso processo de redução das desigualdades. O país deixou de ser governado apenas para 1/3 da população e passou a ser governado para toda a população.

Nessas condições, o Brasil criou um amplo mercado de consumo de massa e avançou na construção da cidadania. O povo está agora nas ruas,

dizendo que deseja que as mudanças continuem, que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está nos dizendo que quer mais cidadania, quer uma cidadania plena. As ruas estão nos dizendo que o país quer serviços públicos de qualidade, quer mecanismos mais eficientes de combate à corrupção que assegurem o bom uso do dinheiro público, quer uma representação política permeável à sociedade onde, como já disse antes, o cidadão e não o poder econômico esteja em primeiro lugar.

É muito bom que o povo esteja dizendo tudo isso em alto e bom som.

Cabe a cada um de nós – presidentes, ministros, governadores, governadoras, prefeitas, prefeitos –, cabe a cada um de nós cumprir essa nova e decisiva dimensão da vontade popular.

Nós todos sabemos onde estão os problemas. Nós todos sabemos que podemos construir soluções. Mas também sabemos das incontáveis dificuldades para resolvê-los. Eu mesma tenho enfrentado, desde que assumi a Presidência, inúmeras barreiras, mas a energia que vem das ruas é maior do que qualquer obstáculo. Junto com a população podemos resolver grandes problemas. Não há por que ficarmos inertes, acomodados ou divididos.

Por isso, companheiros, companheiras governadoras, companheiros governadores, prefeitas e prefeitos, eu trago propostas concretas e disposição política para construirmos pelo menos cinco pactos em favor do Brasil. O primeiro pacto é pela responsabilidade fiscal, para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação. Esse é um pacto perene de todos nós. Essa é uma dimensão especialmente importante no momento atual, quando a prolongada crise econômica mundial ainda castiga, com volatilidade, todas as nações.

O segundo pacto é em torno da construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular e amplie os horizontes da

cidadania. Esse tema, todos nós sabemos, já entrou e saiu da pauta do país por várias vezes, e é necessário que nós, ao percebermos que, nas últimas décadas, ele entrou e saiu várias vezes, tenhamos a iniciativa de romper o impacto. Quero, nesse momento, propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está.

Devemos também dar prioridade ao combate à corrupção, de forma ainda mais contundente do que já vem sendo feito em todas as esferas. Nesse sentido, uma iniciativa fundamental é uma nova legislação que classifique a corrupção dolosa como equivalente a crime hediondo, com penas severas, muito mais severas. Além disso, todas as esferas administrativas, de todos os poderes da República, devem se esforçar para agilizar a implantação plena da Lei de Acesso à Informação, que dá ao governante mais instrumentos de combate à corrupção e contribui para a participação da cidadania.

O terceiro passo é na questão da Saúde. Quero propor aos senhores e às senhoras acelerar os investimentos já contratados em hospitais, UPAs e unidades básicas de saúde. Por exemplo, ampliar também a adesão dos hospitais filantrópicos ao programa que troca dívidas por mais atendimento e incentivar a ida de médicos para as cidades que mais precisam e as regiões que mais precisam.

Quando não houver a disponibilidade de médicos brasileiros, contrataremos profissionais estrangeiros para trabalhar com exclusividade no Sistema Único de Saúde.

Neste último aspecto, sei que vamos enfrentar um bom debate democrático. De início, gostaria de dizer à classe médica brasileira que não se trata, nem de longe, de uma medida hostil ou desrespeitosa aos nossos

profissionais. Trata-se de uma ação emergencial, localizada, tendo em vista a grande dificuldade que estamos enfrentando para encontrar médicos, em número suficiente ou com disposição para trabalhar nas áreas mais remotas do país ou nas zonas mais pobres das nossas grandes cidades.

Sempre ofereceremos primeiro aos médicos brasileiros as vagas a serem preenchidas. Só depois chamaremos médicos estrangeiros. Mas é preciso ficar claro que a saúde do cidadão deve prevalecer sobre quaisquer outros interesses.

O Brasil continua sendo um dos países do mundo que menos emprega médicos estrangeiros. Por exemplo, 37% dos médicos que trabalham na Inglaterra se graduaram no exterior. Nos Estados Unidos, são 25%. Na Austrália, 22%. Aqui no Brasil, temos apenas 1,79% de médicos estrangeiros. Enquanto isso, temos hoje regiões em nosso país em que a população não tem atendimento médico. Isso não pode continuar.

Sabemos mais que ninguém que não vamos melhorar a saúde pública apenas com a contratação de médicos, brasileiros e estrangeiros. Por isso, vamos tomar, juntamente com os senhores, uma série de medidas para melhorar as condições físicas da rede de atendimento e todo o ambiente de trabalho dos atuais e futuros profissionais. Ao mesmo tempo, estamos tocando o maior programa da história de ampliação das vagas em cursos de Medicina e formação de especialistas. Isso vai significar, entre outras coisas, a criação de 11 mil e 447 novas vagas de graduação e 12 mil e 376 novas vagas de residência para estudantes brasileiros até 2017.

O quarto pacto se propõe a dar um salto de qualidade no transporte público nas grandes cidades, mudar a matriz desse transporte. Fazer mais metrô, VLTs e corredores de ônibus. Avançar mais rápido em direção ao transporte público de qualidade e acessível. O governo federal já desonerou

impostos, o que permitiu a redução das tarifas de ônibus em 7,23%, e 13,75% na tarifa do metrô e dos trens. Além disso, mantivemos congeladas as tarifas de metrô e trens operados pelo governo federal desde 2003. Desoneramos também o IPI para a compra de ônibus. Estamos dispostos, agora, a ampliar a desoneração do PIS/Cofins sobre o óleo diesel dos ônibus e a energia elétrica consumida por metrôs e trens. Esse processo pode ser fortalecido pelos estados e os municípios com a desoneração de seus impostos. Tenho certeza que as senhoras e os senhores estarão sensíveis a isso.

Além disso, decidi destinar mais R\$ 50 bilhões para novos investimentos em obras de mobilidade urbana. Essa decisão é reflexo do pleito por melhoria do transporte coletivo no nosso país, onde as grandes cidades crescem e onde, no passado, houve a incorreta opção por não investir em metrôs. Só muito recentemente, nas últimas décadas, é que o metrô passou a ser um dos meios de transporte reconhecidos como sendo objeto da necessidade de investimento. Tenho certeza que nos últimos anos o Brasil tem tido um grande investimento na área de transporte coletivo urbano e temos muito orgulho de, junto com os governadores e os prefeitos, participarmos desse grande esforço.

O nosso pacto precisa, pois, assegurar também uma grande participação da sociedade na discussão política do transporte, uma maior transparência e controle social no cálculo das tarifas de ônibus. Para isso, estou criando o Conselho Nacional de Transporte Público, com participação da sociedade civil e dos usuários. A criação de Conselho semelhante nos municípios e regiões metropolitanas onde ainda não existem será extremamente importante.

Concluo com o Pacto da Educação Pública. Nenhuma nação se desenvolve sem alfabetização na idade certa e sem creches para a população que mais precisa, sem educação em tempo integral, sem ensino técnico

profissionalizante, sem universidade de excelência, sem pesquisa, ciência e inovação. São condições essenciais para alcançar essas metas a formação, a valorização e bons salários para os educadores, e isso exige recursos.

Avançamos muito nas últimas décadas, para reverter o atraso secular da nossa educação, mas agora precisamos – vou repetir – de mais recursos. Por isso mesmo o meu governo tem lutado, junto ao Congresso Nacional, para que 100% dos royalties do petróleo e os recursos, 50% dos recursos do pré-sal, a serem recebidos pelas prefeituras, pelo governo federal, pelos municípios, e a parte da União, eu repito, sejam investidos na educação. Confio que os senhores congressistas aprovarão esse projeto que tramita no Legislativo com urgência constitucional.

Minhas amigas e meus amigos,

Eu coordenei e, nos últimos tempos, dei uma grande ênfase a essa questão da educação. Acredito que todos nós sabemos que isso transforma, esse esforço na educação, transforma um país em nação desenvolvida. Não houve nenhum país do mundo que não tivesse esse esforço concentrado na educação e que tivesse chegado à condição de país desenvolvido.

Por isso também gostaria de dizer aqui que, ao longo desse processo, essa tem sido uma questão que eu recebi muita simpatia de governadores e de prefeitos. Acredito que esse é um esforço que nós devemos fazer para que haja uma mudança significativa no curto, no médio e no longo prazos no nosso país.

Senhores governadoras, governadores, prefeitos e prefeitas,

Eu condenei e alertei, em rede nacional, na semana passada, que meu governo não vai transigir na manutenção da lei e da ordem, coibindo a ação de vândalos arruaceiros que tentam perturbar o caráter pacífico das

manifestações.

Eu repito essa disposição perante os senhores e as senhoras e reafirmo meu compromisso de ajudá-los no que for necessário para garantirmos paz e tranquilidade às nossas cidades.

Mas quero repetir principalmente que meu governo está ouvindo a voz democrática, as vozes democráticas que saem e emergem das ruas e que pedem mudanças. É preciso saber escutar a voz das ruas. Só ela é capaz de nos impulsionar a andar ainda mais rápido.

É preciso que todos, todos mesmo, sem exceção, entendam esses sinais com humildade e acerto. Isso vale não apenas para nós, líderes de governos, mas igualmente para os brasileiros e brasileiras que estão em suas casas e também para aqueles que foram às ruas.

Se aproveitarmos bem o impulso dessa nova energia política, poderemos fazer mais rápido muita coisa. Cabe a nós saber retirar desse momento mais força para fazermos mais pelo Brasil e muito mais pelos brasileiros.

Antes de agradecê-los, a vocês a atenção e o fato de terem comparecido aqui, de forma tão deliberadamente empenhada na resolução dos problemas do nosso país, eu gostaria de pedir que dois ministros do meu governo fizessem rápidos esclarecimentos, sobre a questão da saúde, sobre a questão do transporte urbano coletivo. Desse pacto pela saúde e desse pacto pela questão da mobilidade urbana e pelo transporte coletivo de massa. E sugeriria, logo em seguida, que nós começássemos a nossa reunião e o nosso debate dando a palavra, por um tempo determinado, aos senhores governadores e prefeitos. Nós somos no mínimo 54 para falar, 27 governadores e 27 prefeitos. Aliás, 26 prefeitos, porque Brasília não tem prefeito. Então são 53.

E aí nós vamos ter que pensar em um tempo para que todos falem ou que pelo menos que tenha uma representação por região e pelos partidos que compõem aqui o grupo.

Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>